



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Os Laços que nos unem:

A visão das crianças e jovens sobre as questões da
institucionalização

Marta Santos Rodrigues

Relatório de Estágio apresentado ao
Instituto Superior de Serviço Social do
Porto para Obtenção do Grau de
Mestre em Intervenção Social na
Infância e Juventude em Risco de
Exclusão Social.

Orientador:

Professor Doutor José Alberto Reis

Abril

2022

“Os laços que nos unem: a visão das crianças e jovens sobre as questões da institucionalização”

Marta Santos Rodrigues

ISSSP, Abril 2022

Resumo

As crianças e jovens são ainda muito afetadas pelos comportamentos das suas famílias, figuras de referência ou figuras cuidadoras. Esta conduta afeta o desenvolvimento destas crianças e jovens na íntegra.

Quando as satisfações das necessidades básicas dos indivíduos não são totalmente satisfeitas, consequentemente colocando em causa o devido desenvolvimento a diferentes níveis são aplicadas medidas. Em alguns casos, levando mesmo ao Acolhimento Residencial.

Todas as crianças ou jovens devem ver garantidos os seus direitos e cumprir os seus deveres. As instituições, que são vistas por estas crianças e jovens como as suas casas, devem assegurar a maioria desses direitos, e adaptar-se às necessidades de cada um. Para a formação da sua identidade é importante que a instituição consiga manter os valores certos, ajustando os recursos disponíveis às necessidades das crianças e jovens.

Este relatório fundamenta-se na análise relativa ao processo de desinstitucionalização e ao processo de vinculação através da realização de entrevistas semiestruturadas. A vinculação e a autonomia são, assim, dois pontos que se interligam. A vinculação é crucial para o desenvolvimento e bem-estar emocional, psicológico e físico das crianças e jovens. Assim sendo, os papéis das figuras vinculativas desempenham o papel de apoio, estimulação e orientação no sentido de preparar e promover o desenvolvimento, a responsabilização e a autonomia.

Os profissionais que pertencem à casa têm um papel fundamental na vida dos indivíduos e na orientação dos mesmos. Portanto um dos fatores que contribui para a qualidade do serviço prestado numa instituição passa por possuir bons profissionais, flexíveis e predispostos à dedicação perante as crianças e jovens.

Salienta-se que o projeto de intervenção tem como principal objetivo, por um lado, promover relações afetivas seguras para estas crianças e jovens e, por outro lado, proporcionar momentos em que se desenvolva as capacidades de cada um a fim de os preparar para a autonomia.

Abstract

Children and young people are still greatly affected by the behavior of their families, reference figures or caregivers. This conduct affects the development of these children and young people in full.

When the satisfaction the basic needs of individuals are not fully satisfied consequentiv jeopardizing the proper development at different levels measures are applied. In some cases, even leading to Residential Reception.

All children or young people must see their rights guaranteed and fulfill their duties. Thus, institutions, which are seen by them as their homes, must ensure, for the most part, and adapt to the needs of each one. For the formation of its identity, it is important that the institution manages to maintain the right values, adjusting the available resources to their needs.

It is therefore essential to know the reality of the context in which this study is carried out. Thus, this report is based on the analysis of the deinstitutionalization process and the linking process through semi-structured interviews. Binding and deinstitutionalization are thus two interconnected points. Attachment is thus crucial for the emotional, psychological and physical development and well-being of children and young people. From a very early age is necessary encourage children to learn, to reflect, in this sense, children developed much faster and in a much more productive way. Therefore, the roles of binding figures play the role of support, stimulation and guidance in order to prepare and promote development, aaccountability and autonome.

Here, professionals who belong to the house have a fundamental role in the lives of individuals and in their guidance. Therefore, one of the factors that contributes to the quality of the service provided in institution is to have good professionals, flexible and predisposed to dedication to children and young people. It should be noted that the intervention project has as its main objective, in the one hand, to promote safe affective relationships for these children and young people and, in the other hand, to provide moments in which the capacities of each one are developed in order to prepare them for the autonomy.

Agradecimentos

Quem nos apoia, reconhece o nosso trabalho, nos ajuda e acredita em nós merece o nosso reconhecimento e o nosso agradecimento. A base do sucesso passa por aqueles que constituem as nossas relações pessoais, sozinhos não conseguimos alcançar os nossos objetivos. Neste sentido, estes agradecimentos direcionam-se para todos os que me acompanharam no decorrer da realização do Mestrado.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Professor Doutor José Alberto, orientador do Instituto Superior, por todo o apoio prestado para a elaboração do relatório.

Um agradecimento especial à Doutora Célia Moreira, orientadora cooperante, não só pelo auxílio prestado, como também por todos os conhecimentos e experiências que me transmitiu no decorrer do Estágio.

Um sincero agradecimento a toda a equipa que constitui a Casa de Acolhimento Residencial por me terem dado a oportunidade de fazer parte desta casa, por me terem recebido de braços abertos, acompanhando-me e envolvendo-me nas diferentes tarefas e projetos. Exprimo a minha gratidão e carinho por todos os que constituem esta casa, por toda a experiência e oportunidade que me proporcionaram. Agradeço também a todas as crianças e jovens que integram a Casa de Acolhimento por me terem deixado fazer parte da vida deles e pelo carinho que me deram desde o primeiro dia.

A todos os professores do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, pela transmissão excelente de conhecimentos e pela disponibilidade que sempre mostraram para auxiliar sempre que necessário e possível.

Aos meus pais, ao meu namorado e restante família por toda a confiança que depositaram em mim, por todo o reconhecimento, por todo o apoio, dedicação e paciência que demonstraram durante a minha vida académica e pessoal. Agradeço por nunca terem desistido de mim, e por sempre acreditarem que eu era capaz.

Por último, gostaria de agradecer a todos os meus amigos, que me acompanharam sempre nos bons e maus momentos. A todas as minhas colegas, do Instituto Superior, que me acompanharam neste percurso académico.

Um especial agradecimento, do fundo do coração, a todos que me acompanharam durante este percurso académico.

Índice

Resumo.....	I
Abstract.....	II
Agradecimentos.....	IV
Índice de tabelas	VII
Índice de Figuras	VIII
Introdução.....	1
Capítulo I- A Institucionalização	4
1.1 Medida de acolhimento institucional.....	4
1.2 Características que influenciam a qualidade do acolhimento residencial	6
1.3 Crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial	7
1.4 Medidas de Promoção e Proteção de crianças e jovens em perigo	9
1.5 Condições que afetam o bem-estar da criança e/ ou jovem em acolhimento residencial.....	11
2. Teoria/ relação de vinculação.....	12
2.1 Vinculação e Institucionalização.....	13
2.2 Processo de desvinculação/ autonomização dos jovens com a instituição.....	15
2.3 Desinstitucionalização.....	18
2.4 Processo de autonomia no caminho para a vida adulta	19
2.5 O Papel da família	20
Capítulo II – Caracterização Socioinstitucional	22
1. Rotinas dos jovens.....	24
1.1 Tipologia das atividades desenvolvidas pela instituição	25
1.2 Diagnóstico de necessidades	26
Capítulo III- Metodologia	30
1. Objetivos de investigação.....	30
1.1 Objetivo Geral	30
1.2 Objetivos Específicos	30
2. Procedimentos aplicados para a recolha de dados.....	31

2.1 Observação Participante	31
2.2 Análise documental	32
2.3 Entrevista semiestruturada	32
2.4 Amostra	33
2.5 Análise de Conteúdo.....	34
Capítulo- IV Caracterização dos participantes	35
1. Percurso de vida dos jovens	36
Caracterização do participante A	36
Caracterização do participante B.....	37
Caracterização do participante C.....	37
Caracterização do participante D	38
Caracterização do participante E	39
Caracterização do participante F	40
Caracterização do participante G	40
Caracterização do participante H	41
2. Educadores de referência.....	42
Capítulo V- Análise e tratamento de dados.....	43
Capítulo VI – Intervenção	54
1. Objetivos da intervenção	54
1.1 Objetivo geral	54
1.2 Objetivos Específicos	54
2. Amostra	54
3. Projeto a desenvolver- “ <i>Uma vida a Cores</i> ”	55
3.1 Necessidades encontradas	56
4. Atividades desenvolvidas	56
4.1 Calendário do advento	57
4.2 Apoio ao estudo.....	58
4.3 Estilos de Vida Saudáveis	59
4.4 Festival de Artes	60

4.5 Caça ao Tesouro	61
Capítulo VI- Atividades propostas	62
5. Oficina de Atividades Livres	71
Capítulo VII – Considerações Finais.....	74
Referências	78
Anexos.....	82

Índice de tabelas

Tabela 1- Características da equipa técnica da Casa de Acolhimento Residencial.	23
Tabela 2- Características da equipa educativa da Casa de Acolhimento Residencial.	24
Tabela 3- Rotinas semanais dos jovens.....	24
Tabela 4- Rotina de Fim-de-Semana dos jovens.....	25
Tabela 5- Caracterização dos jovens.	35
Tabela 6- Educadores de referência.	42
Tabela 7- Atividade calendário do advento.....	57
Tabela 8- Objetivos da atividade "Estilos de vida saudáveis".	59
Tabela 9- Objetivos da atividade "Festival das Artes".	60
Tabela 10- Objetivos da atividade "Caça ao Tesouro".....	61
Tabela 11- Proposta de Atividades.....	63

Índice de Figuras

Figura 1- Crianças e Jovens por local de acolhimento e principais variações face ao ano anterior.	8
Figura 2- Pirâmide de Maslow.	27
Figura 3- Necessidades encontradas.	56

Introdução

O presente trabalho intitula-se como “*Os laços que nos unem: a visão das crianças e jovens sobre as questões da institucionalização*”. Este foi um trabalho realizado no âmbito do Mestrado em Intervenção na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social no decorrer do estágio, realizado na Casa de Acolhimento Residencial. Este estágio teve como principal objetivo, compreender os pontos de vista das crianças e dos jovens acerca da vinculação e da autonomia decorreu no período entre outubro de 2020 e janeiro de 2021.

No decorrer do estágio, através dos momentos de observação, identificou-se algumas características interessantes para o desenvolvimento de um projeto. Neste sentido, achei pertinente perceber as relações de vinculação entre as crianças e jovens e as equipas que constituem a Casa de Acolhimento Residencial. E por outro lado, perceber os diferentes pontos de vista sobre a autonomia. Estes são dois momentos essenciais para um acolhimento de qualidade.

A ideia deste projeto fundamentação numa vertente teórica numa primeira fase, e posteriormente uma componente prática.

A componente teórica pretende incutir competências, conhecimentos e habilidades no jovem para que futuramente as apliquem num contexto de vida prática na conquista da autonomia. As aquisições destas aprendizagens são essenciais para o desenvolvimento dos sujeitos. Com isto, procura-se abordar os desafios que constituem o processo de autonomização.

Por outro lado, a vertente prática pretende trabalhar as competências que os jovens adquiriram num contexto teórico. E simultaneamente, desenvolver dinâmicas que proporcionem aos jovens e às respetivas figuras de referência a criação de laços afetivos de proximidade.

Em 2019 o número de crianças e jovens acolhidas é de 7.046 em diversas respostas sociais. No entanto, a maior número de acolhimentos reflete-se nos Lares de Infância e Juventude, e seguidamente nos Centros de Acolhimento Temporário. Importa referir que os Lares de Infância e Juventude detém o maior número de acolhimentos. (CASA 2019)

De acordo com Sousa (2015), em Portugal a medida de acolhimento residencial, aplica-se quando todas as outras medidas se mostram incapazes de atuar de forma perspicaz e com êxito perante uma determinada problemática que interfere com a satisfação das necessidades básicas de cada indivíduo.

Desta forma, é importante perceber as dinâmicas de cada instituição, assim como, o papel que desenvolvem em prol do desenvolvimento da autonomia dos jovens que a integram.

A passagem da juventude para a vida adulta representa um acontecimento essencial que é vivenciado por todos os sujeitos. Este processo envolve algumas mudanças quer ao nível comportamental, quer ao nível da responsabilização. Na maioria das vezes, estas mudanças carregam consigo o desenvolvimento de alguns sentimentos, como é o caso da inquietação e dúvida. Nesta fase de transição os jovens possuem medos associados ao receio de não reunirem as competências necessárias para que se consigam autonomizar. Uma das dificuldades que abrangem a maioria dos jovens institucionalizados prende-se com a inexistência ou com a carência de suporte familiar, ou seja, para os jovens institucionalizados que após a sua saída não têm uma base familiar segura o processo de autonomização é assim, mais complexo. Assim, as competências adquiridas pelos jovens durante o percurso de institucionalização desempenham um papel fundamental para que o jovem conquiste a autonomia com êxito. (Gomes, 2010)

Também a vinculação desempenha um papel fundamental na aquisição de competências para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Costa (2021), refere que as convivências positivas com as figuras de vinculação desenvolvem um papel essencial na construção e fortalecimento de relações de sucesso e na aquisição e desenvolvimento de competências de equilíbrio das próprias emoções. Por outro lado, as crianças e jovens que manifestam relações instáveis apresentam uma maior dificuldade em confiar naqueles que os rodeiam, tal como é o caso das figuras cuidadoras, demonstrando medo associados à possibilidade dos cuidadores não satisfazerem as suas necessidades básicas.

Este relatório divide-se em cinco capítulos:

O primeiro capítulo refere-se à institucionalização. Dentro deste capítulo desenvolve-se o enquadramento teórico que fundamenta as questões e necessidades encontradas. Assim, aborda-se a medida de promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, as características que influenciam a qualidade do acolhimento residencial, a teoria de vinculação, a vinculação e a institucionalização, a desinstitucionalização, o processo de autonomia na adolescência e o papel da família.

O segundo capítulo pretende explicar o contexto de realização do estágio. Desta forma, é feita uma caracterização da instituição, assim como, a rotina dos jovens, as atividades desenvolvidas pela instituição e o diagnóstico das necessidades.

De seguida, o terceiro capítulo pretende apresentar a metodologia utilizada para a realização do projeto.

No quarto capítulo, apresenta-se o projeto de estágio a desenvolver com os jovens da Casa de Acolhimento Residencial, de forma a promover a autonomização e simultaneamente a criação de relações afetivas com as figuras de referência.

Por último, o quinto capítulo traduz-se na reflexão sobre as temáticas abordadas ao longo da realização do estágio.

Capítulo I- A Institucionalização

1.1 Medida de acolhimento institucional

O acolhimento institucional é uma medida de promoção e proteção, legislada pela Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (1999). Estas medidas, de execução em meio natural ou em regime de colocação, podem ser aplicadas pelos Tribunais ou pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco através de um Processo de Promoção e Proteção (Neves, 2011).

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (LPCJP) no artigo 49¹ *“A medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”*.

Deste modo, a medida de acolhimento institucional surge como uma das respostas legalmente previstas para assegurar a sua proteção e desenvolvimento das crianças e jovens. Assim, podemos afirmar que esta medida está prevista como um último recurso, que tem como função garantir o interesse superior da criança protegendo-a de uma situação de perigo na qual se encontra. As instituições de acolhimento têm assim em vista exercer funções que controlem e promovam a coesão social, garantindo a proteção dos indivíduos que se encontram em risco na comunidade a que pertencem através da promoção da prática dos seus direitos (Pires, 2011).

Para Mota et al. (2016, cit. por Mota & Matos, 2021) o acolhimento residencial consiste numa nova fase da vida para as crianças e jovens e consequentemente, transporta novos desafios. Estas crianças e jovens provém na maioria das vezes de situações familiares de negligência e de famílias destruturadas. Apesar da estrutura familiar não apresentar consistência suficiente e capacidade de promover o bem-estar atendendo às necessidades destas crianças e jovens, muitas das vezes estes apresentam bastantes dificuldades em concordar com a separação das suas figuras significativas, ou familiares. Perante a dificuldade destas figuras em proporcionar a qualidade de vida que estes precisam, existe ainda uma dificuldade por parte destas crianças e jovens em reconhecer que o contexto em que se encontram não é capaz de lhes trazer estabilidade para a satisfação das suas necessidades básicas ao nível do seu desenvolvimento, emocional, psicológico e físico. Como consequência desta falta de reconhecimento pelas crianças e jovens, há uma tendência para que a entrada destes numa casa de acolhimento seja cada vez mais tardia.

¹ Disponível: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis

Mota & Matos (2021) afirmam que a adaptação das crianças e jovens a uma casa de acolhimento deriva de algumas questões que se relacionam com cada indivíduo de uma forma específica e pessoal. Estas questões variam entre as experiências, a capacidade do novo contexto satisfazer as necessidades individuais, assim como a capacidade de estabelecer relações afetivas capazes de satisfazer o indivíduo a nível emocional. Neste sentido importa referir que existem diferentes fatores que influenciam a qualidade dos serviços prestados nas casas de acolhimento residencial às crianças ou jovens que nela habitam. Fatores estes que influenciam o bem-estar das crianças ou jovens que nela permanecem. A satisfação das necessidades é muitas vezes posta em causa por um variado número de questões.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Rodrigues (2018, p.68) considera os seguintes fatores como os fatores que influenciam a satisfação das necessidades: a dimensão; o respeito pela individualidade e normalização do acolhimento; o acesso livre aos quartos; o acesso livre à cozinha; a participação; a relação com os cuidadores; a formação dos cuidadores; a supervisão; o envolvimento das famílias; o acolhimento conjunto de irmãos; os comportamentos de fuga; a segregação em função do sexo/ tipologia de acolhimento; o tipo de resposta de acolhimento; a estabilidade no acolhimento; as práticas e consequências educativas; o clima afetivo/ social e a intencionalidade e planificação da intervenção.

De acordo com a lei 147/99 de 1 de setembro² a medida de acolhimento surge na medida em que se pretende promover e proteger as crianças e jovens em perigo. Esta medida visa prestar cuidados de forma adequada, satisfazendo as necessidades básicas a diferentes níveis.

Esta medida, prevê a retirada da situação de perigo a que as crianças e jovens estão expostas, desenvolvendo oportunidades capazes de proteger e assegurar as condições necessárias para o bem-estar de cada um dos indivíduos. Sob o mesmo ponto de vista, o acolhimento residencial é uma medida aplicada em último caso, como consequência da reprovação de todas as outras medidas aplicadas anteriormente. Por outro lado, esta medida não deve contemplar uma conceção de que é aplicada apenas quando existe alguma falha de outras medidas. Esta deve ser aplicada e desenvolvida numa expectativa de oportunidade quer para a criança ou jovem, quer para a sua família. Neste sentido a instituição deve ter como princípios básicos proteger, promover a segurança, fortalecer a confiança, potencializar estabilidade, incluir, fomentar a solidariedade, a autonomia e a responsabilidade. (Carvalho & Cruz, 2015)

² Disponível em: <http://csm.org.pt/rijh/wp-content/uploads/2016/04/LEI-PROTECC3%87%C3%83O-CRIAN%C3%87AS-JOVENS-EM-PERIGO.pdf>

1.2 Características que influenciam a qualidade do acolhimento residencial

A qualidade dos serviços prestados nas casas de acolhimento residencial às crianças ou jovens que nela habitam depende de vários fatores. Fatores estes que influenciam o bem-estar das crianças ou jovens que nela permanecem. A satisfação das necessidades é muitas vezes posta em causa por um variado número de questões.

Rodrigues (2018) considera os seguintes fatores como os fatores que influenciam a satisfação das necessidades: a dimensão, o respeito pela individualidade e normalização do acolhimento, o acesso livre aos quartos, o acesso livre à cozinha, a participação, a relação com os cuidadores, a formação dos cuidadores, a supervisão, o envolvimento das famílias, o acolhimento conjunto de irmãos, os comportamentos de fuga, a segregação em função do sexo/ tipologia de acolhimento, o tipo de resposta de acolhimento, a estabilidade no acolhimento, as práticas e consequências educativas, o clima afetivo/ social e a intencionalidade e planificação da intervenção. O acolhimento residencial vê-se preparado para receber crianças e jovens, proporcionando-lhes uma adequada qualidade de prestação de serviços básicos de sobrevivência, garantindo-lhes a prestação de cuidados adequados às suas necessidades atendendo ao seu superior interesse.

Quanto à dimensão, segundo James (2011); Rodrigues & Barbosa-Ducharme (2017) as casas de acolhimento que assumem uma capacidade maior que se define através do número total de crianças e jovens acolhidas, pressupõe que as crianças e jovens sejam expostos a dividir no seu dia-a-dia o mesmo ambiente, práticas e costumes com uma parte significativa de outras crianças e jovens. Esta dimensão influencia e complica o papel a desenvolver pelos cuidadores, uma vez que prejudica o processo de perceção e consciência das necessidades de cada indivíduo. Por outro lado, os autores relacionam a qualidade do Acolhimento Residencial com a quantidade de crianças e jovens que compõe a instituição, ou seja, para os autores o elevado número de acolhimentos reflete-se na probabilidade de não se conseguir proporcionar um espaço propício às suas carências e direitos.

De acordo com o relatório CASA (2017, p.31), é possível afirmar que os Lares de Infância e Juventude continuam a ser os locais com maior número de acolhimento de crianças e jovens. Neste sentido, as casas de acolhimento de grande dimensão tornam-se uma dificuldade para os colaboradores no sentido de cada um conseguir atender às necessidades exigidas por cada jovem ou criança envolvida.

No entanto, não é apenas a dimensão que dita a satisfação, ou não satisfação das necessidades das crianças ou jovens.

Também no que diz respeito à relação com os cuidadores, de acordo com Alves & Mota (2015) os cuidadores no acolhimento residencial, assim como os progenitores, assumem um papel de referência perante condutas durante o seu percurso desenvolvimental, assim como na formação da sua identidade. É importante para o desenvolvimento das crianças conviver com pessoas, culturas e contextos diferentes.

Podemos concluir, perante esta afirmação que as pessoas que constituem a instituição são de certa forma como um pilar na vida destes indivíduos. Tendo, desta forma, um papel fulcral na construção da identidade dos mesmos. E por isso, é importante que estas pessoas tenham a consciência do papel que desenvolvem e representam para as crianças ou jovens institucionalizadas.

1.3 Crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial

Ao acolhimento chegam sobretudo, crianças e jovens privados do essencial, desprovidos de trocas afetivas, marcados por sucessivas perdas, maltratados, negligenciados ou vítimas das mais variadas formas de maus-tratos. A transição das crianças ou jovens para uma casa de acolhimento acarreta consigo a descoberta de um novo ciclo de vida (López, Delgado, Carvalho, Valle, 2014).

A literatura evidencia que em Portugal, o número de crianças e jovens em situação de acolhimento tem vindo a diminuir gradualmente. No ano de 2019, segundo o Relatório de Caracterização Anual da Situação do Acolhimento das Crianças e Jovens encontravam-se acolhidas 7.046 crianças e jovens nas diversas respostas sociais. Segundo o mesmo relatório, pode-se afirmar que, de um modo geral, a evolução no sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens está marcada, nos últimos 10 anos, por um decréscimo do número de crianças e jovens acolhidos, com exceção no ano de 2015³.

Registaram-se, portanto, no ano de 2019, 7.046 crianças e jovens em situação de acolhimento, sob guarda de diferentes respostas sociais, da seguinte forma: 191 em acolhimento familiar, 6129 em acolhimento generalista, 97 em acolhimento residencial especializado, 104 em apartamentos de autonomização e 525 em respostas diversificadas (Centros de Apoio à Vida, Lares Residenciais, Lares de Apoio, Colégios de Ensino Especial, Comunidades Terapêuticas, Comunidades de Inserção e Casas Abrigo e Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental).

³ Alteração da LPCJP, alarga a possibilidade de manter a situação de acolhimento até aos 25 anos.

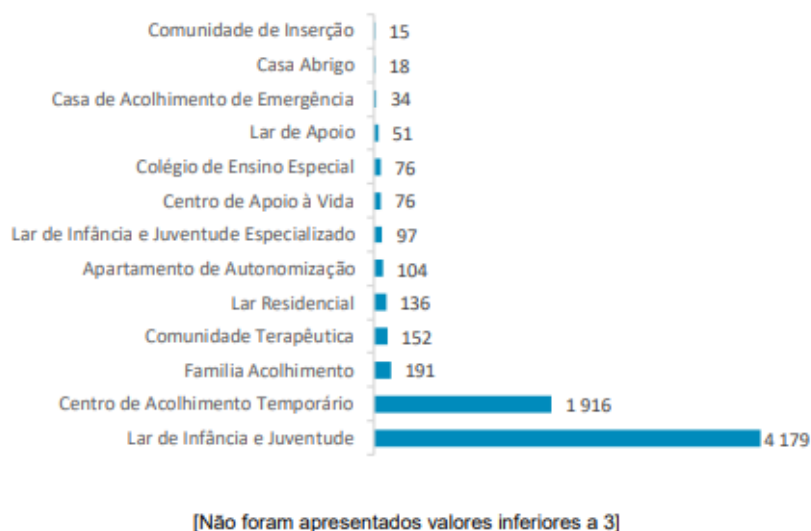


Figura 1- Crianças e Jovens por local de acolhimento e principais variações face ao ano anterior.⁴

Relativamente ao ano de 2019, em termos de sexo das crianças e jovens acolhidos no sistema residencial generalista verifica-se uma ligeira prevalência de crianças e jovens do sexo masculino (53%) comparativamente às crianças e jovens do sexo feminino (47%). Relativamente aos escalões etários é possível verificar uma incidência dos 15 aos 17 anos (36,1%), seguido pela faixa etária 12 aos 13(18,2) e 18-20 anos (13,9%). À semelhança dos anos transatos, o relatório CASA apresenta uma tendência constante, mais de metade das 6.706 crianças e jovens com medida de acolhimento encontram-se na fase da adolescência ou no início da idade adulta (66,2%).

No que se refere à distribuição geográfica, os distritos que apresentam maior número de crianças e jovens acolhidas são os distritos de Lisboa (N=1.342), Porto (N=1.159) e Setúbal (N=496). Em contrapartida, os distritos de Viana do Castelo (N=115), Portalegre e Évora (N=134) registam-se um menor número de crianças e jovens em situação de acolhimento.

No que concerne à escolaridade, as crianças e jovens em situação de acolhimento apresentam um índice de frequência escolar de 91%, contudo é de ressaltar que quase metade dos menores institucionalizados apresentam um nível de instrução abaixo do que seria expectável para o seu escalão etário. O relatório CASA (2019) dá ainda conta das características

⁴ Disponível em: <https://www.seg-social.pt/documents/10152/17405298/Relat%C3%B3rio%20CASA%202019/0bf7ca2b-d8a9-44d2-bff7-df1f111dc7ee>

particulares associadas às crianças e jovens acolhidos: problemas de comportamento, CAD, suspeita de prostituição, problemas de saúde mental, debilidade mental, deficiência mental e deficiência física, referindo que, de entre as respostas de acolhimento, é nas casas de acolhimento que se verifica o predomínio inequívoco de qualquer uma destas características, destacando-se os problemas de comportamento (ISS, 2019).

O acolhimento institucional é uma das medidas de promoção e proteção que é aplicada apenas em último recurso, quando todas as outras medidas se demostram insuficientes para afastar o perigo da criança/jovem. Os principais motivos que conduzem ao afastamento temporário das crianças e jovens das suas famílias /meio natural de vida, de acordo com os processos de promoção e proteção são a negligência, motivada sobretudo por falta de supervisão e acompanhamento parental (4.037, 57%), verifica-se quando há *“falta de supervisão e acompanhamento familiar em que a criança é deixada só, entregue a si própria, ou com irmãos igualmente crianças, por largos períodos de tempo”* (ISS, 2019 p. 140). Dentro do campo da negligência, considera-se ainda a falta de supervisão educativa que previna o abandono/absentismo escolar, ausência de cuidados médicos de rotinas necessários, e a exposição a modelos parentais desviantes (ISS, 2019).

No que se refere ao maus-tratos psicológico ou emocional, os principais motivos que conduzem à institucionalização, são a exposição a situações de violência doméstica, bem como de situações onde se reconhece uma rejeição ativa e do exercício abusivo de autoridade (ISS, 2019).

No domínio do abuso físico, as situações que conduzem à sinalização e posterior retirado, são promovidas quando se observa *“toda e qualquer ofensa física infligida à criança ou jovem através do uso da força física, deforma intencional, não acidental, a ponto de lhe provocar dano físico, deixando ou não marcas evidentes”* (ISS, 2018, p., 77).

1.4 Medidas de Promoção e Proteção de crianças e jovens em perigo

Face ao exposto no art.3º da lei de Proteção e Promoção das Crianças e Jovens em Perigo, o pressuposto da intervenção de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo pretende atuar quando os pais, representantes legais ou quem possui a guarda de facto não garantem as condições necessárias ao desenvolvimento integral da criança. Consequentemente colocam em risco a segurança, a saúde, a formação, a educação e o desenvolvimento destas crianças e jovens, conduzindo-os desta forma para uma situação exposta de perigo.

Importa referir que existe uma diferença entre o risco e o perigo. De acordo com esta afirmação, torna-se necessário explicar a diferença existente. Porém estes dois conceitos complementam-se na medida em que não é possível explicar um sem o outro. (Serrano, 2009) Spink, Medrado, Papai e Mello (2002), consideram que o conceito de risco está associado à definição de probabilidade/ ameaça. Seguindo esta mesma linha de pensamento, Lourenço (sd.) refere-se ao conceito de perigo interligado a um sinal de alerta. Para este autor, o perigo traduz-se num sinal de alerta para a revelação de um risco que se encontra próximo. Quanto ao conceito de risco, o autor entende que é algo que potencialmente poderá acontecer, podendo chegar a manifestar-se ou não.

Assim, entende-se que a criança ou jovem se encontra numa situação de perigo, quando enfrenta as seguintes situações:

“a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tractos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”⁵

A medida de Promoção e Protecção de crianças e jovens em perigo é uma medida que concerne à competência quer das entidades com competência em matéria de infância e juventude, quer às comissões de protecção de crianças e jovens e aos tribunais. Neste sentido, as entidades com competência em matéria de infância e juventude tem como principal propósito o desenvolvimento de intervenções com base na prevenção primária e secundária com o objetivo de defender e promover os direitos das crianças e dos jovens. Em suma, esta entidade pretende a avaliar, identificar e interceder em circunstâncias de risco e perigo. (Lei 147/99 n.º2, art.6 e 7)

⁵ Disponível em: <http://csm.org.pt/rijh/wp-content/uploads/2016/04/LEI-PROTEC%C3%87%C3%83O-CRIAN%C3%87AS-JOVENS-EM-PERIGO.pdf>

Assim também, se pode constatar que a comissão de proteção de crianças e jovens deve intervir perante o insucesso da atuação das entidades que foram referidas anteriormente. (Lei 147/99, art.8)

1.5 Condições que afetam o bem-estar da criança e/ ou jovem em acolhimento residencial

Carvalho (2016), destaca a importância da participação ativa das crianças e jovens no desenvolvimento de estratégias capazes de satisfazer as suas necessidades ao nível do bem-estar pessoal e social. De acordo com o que foi referido anteriormente, é necessário incluir as crianças e jovens através da participação ativa nas decisões sobre a sua própria vida, dando desta forma a oportunidade para que possam ter uma voz ativa ao nível pessoal.

Torna-se fundamental garantir a consolidação emocional, reduzindo o impacto negativo, consequência da separação entre a criança ou jovem e a sua família e a entrada numa instituição de acolhimento residencial. Cada indivíduo tem a sua forma de reagir a este processo de separação, no entanto esta situação provoca-lhes dúvidas e incertezas sobre o seu futuro. Desta forma, surgem algumas questões relacionadas com o seu futuro e com o que vai acontecer. (Wattenberg, Luke, Cornelius, & Menke, 2001)

Da mesma forma, a criança ou jovem deve sentir que a circunstância na qual se encontra não requer obrigatoriamente a desvinculação quer às pessoas, quer ao contexto a que pertence. A criança ou jovem deve aperceber-se que existe alguém que está a cooperar na resolução desta situação para que não se sinta abandonado e desorientado. (Calheiros, Magalhães & Monteiro, 2019)

Para Calheiros, Magalhães & Monteiro (2019) para assegurar o apoio no momento de acolhimento residencial e por conseguinte proporcionar à criança ou jovem um momento acolhedor deve seguir-se as seguintes práticas:

- Assegurar a presença de um psicólogo ou educador no momento do acolhimento;
- Programar o ambiente com o propósito de dispor de um local livre e apropriado para a fase de acolhimento;
- Consciencializar os restantes intervenientes para a chegada de uma nova criança ou jovem, de forma a promover a sua integração no ambiente de modo, a transmitir um clima acolhedor, equilibrado e afetuoso.

Assim, o acolhimento residencial traduz-se numa nova fase de vida para estas crianças e jovens. Esta nova fase carrega consigo algumas mudanças e adversidades, que consequentemente afetam a adaptação e aceitação a este novo contexto. (Mota e Matos, 2021) Da mesma forma, para Calheiros, Magalhães e Monteiro (2019, pág. 307-308) numa primeira fase do acolhimento deve-se ter em conta alguns princípios para assegurar a qualidade do serviço prestado. Assim, é necessário adaptar a medida ao contexto de cada criança ou jovem em específico. Assegurar os cuidados básicos, o bem-estar, a proteção e a privacidade de cada indivíduo. Proporcionar momentos de partilha, no entanto respeitando sempre o espaço de cada um. Consentir o contacto destas crianças ou jovens com a família, incentivando ambas as partes a manter o contacto. E por último, estabelecer uma relação de proximidade com os intervenientes para que estes criem uma relação de segurança, afetiva e emocional com uma figura de vinculação.

2. Teoria/ relação de vinculação

Um dos fatores cruciais para a promoção do bem-estar psicológico dos indivíduos está estreitamente relacionado com a capacidade de desenvolverem relações de proximidade e afetividade, estabelecendo desta forma um vínculo afetivo. Desta forma, a vinculação traduz-se numa relação emocional baseada na confiança, em que ambas as partes dependem uma da outra (Ainsworth, 1979; Bowlby, 1969).

Para Fuertes & Luís (2014) as relações estão na base de tudo, com isto os autores destacam que os bebés vivem diferentes experiências, quer a nível auditivo, gustativo e sensorial, ao longo do seu desenvolvimento traduzindo-se na promoção de relações de vinculação desde o primeiro instante.

De acordo com Bowlby (1998) a vinculação dispõe de um conjunto de condutas nas quais os indivíduos procuram a proximidade com terceiros. Esta proximidade tem o propósito de alcançar a proteção, afeição e precaução.

Por outro lado, Pacheco, Costa & Figueiredo (2003) afirmam que esta teoria tem um papel fundamental na promoção de modelos de relacionamento que se constituem durante o seu desenvolvimento. Importa desta forma ressaltar a relevância da primeira relação próxima que a criança constitui durante a sua infância com as figuras de vinculação.

Assim, Sroufe (2005, cit. por Pacheco & Canário, 2021 pág. 57) refere que John Bowlby dispunha de duas ideias no que diz respeito ao desenvolvimento. Para este autor, o sucesso de

uma relação afetuosa da criança depende das vivências e do conhecimento com a figura cuidadora. Por outro lado, uma outra perspectiva deste autor baseia-se na oscilação do sucesso da construção de uma relação de vinculação depender das desigualdades ao nível individual da personalidade.

Para Bowlby (1998) a vinculação divide-se em quatro etapas particulares e diferentes que se manifestam até aos três ou quatro anos. Estas fases designam-se como: “Fase de pré- vinculação, Fase de vinculação em progressão, fase de vinculação evidente e por último, fase de formação de cumplicidade goal- corrected” (Costa, 2021, pág. 33-36).

Durante a primeira fase, o bebé ainda não tem competências suficientes para distinguir as diferentes pessoas. Desta forma, expressa-se através do riso, do choro, e tenta acompanhar através do olhar as pessoas estabelecendo desta forma uma ligação com a figura cuidadora (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Bowlby, 1969).

Numa segunda fase, Soares (2009) defende que é neste período que se estabelece o princípio da vinculação. Nesta fase o bebé já se encontra apto para distinguir a figura ou as figuras cuidadoras, demonstrando atitudes que tem como intuito manter a aproximação.

Por outro lado, numa terceira fase o bebé já se encontra numa fase gradual do desenvolvimento psicomotor facilitando a sua deslocação. Esta fase permite ao bebé deslocar-se para procurar a sua figura de vinculação e conseqüentemente, uma maior proximidade. A figura de vinculação desempenha um papel de porto seguro, e é através dela que o bebé experiência e observa o meio a que pertence (Costa, 2021).

Por último, a quarta fase desenvolve-se pelos vinte e quatro meses. É nesta fase que a figura cuidadora e o bebé estabelecem uma relação mútua e empática (Soares, 2009).

2.1 Vinculação e Institucionalização

Pinhel, Torres & Maia (2009) defendem que crianças previamente institucionalizadas, que durante a sua vida passam por momentos sinalizados pelo afastamento ou mudança da figura de referência, integram-se em grupos com maior probabilidade de desenvolverem relações de vinculação inseguras. Conseqüentemente, o desenvolvimento destas relações baseadas na insegurança reproduzem adversidades ao nível do comportamento. Com isto, podemos refletir sobre a importância de estabelecer vínculos afetivos com as crianças desde cedo, pois a qualidade do desenvolvimento de cada indivíduo depende da qualidade das relações de vinculação que este possui.

Dentro desta perspectiva, as crianças e jovens em acolhimento apresentam um percurso de vida marcado por experiências de perda, rejeição e parentalidade negligente, Calheiros, Magalhães & Monteiro (2019). Neste sentido, quando os jovens entram nas instituições trazem consigo uma bagagem de relações inseguras e instáveis com o contexto social e as figuras cuidadoras primárias. Neste seguimento, os jovens sentem que o seu passado não é acolhido, demonstrando dificuldade nas relações com o exterior e consequentemente na criação de laços com figuras alternativas (Mota, Matos, Simões, Alves, Diogo, Gonçalves & Godinho, 2018). Complementando o que foi anteriormente referido, Strecht (2002), afirma que ao integrarmos uma criança ou jovem num meio externo à sua família, requer de uma certa forma um reajuste no que diz respeito ao afastamento da sua família e uma adequação quer a um novo espaço como à forma de vida.

Assim, crianças institucionalizadas deparam-se com uma maior dificuldade na criação de laços afetivos. Assim, a criação de laços afetivos consistentes e seguros é fundamental para a qualidade no desenvolvimento da criança e também para a qualidade nas interações com os outros e com o meio onde se insere. Para este autor, as equipas que integram as casas de acolhimento devem garantir a satisfação das necessidades para o desenvolvimento e bem-estar das crianças ou jovens (Rizzini, 1997).

Santana & Koller (2004) refere-se à institucionalização como um benefício no que concerne ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos e à construção de relações de afeto. Para estes autores, os técnicos e funcionários que integram a instituição executam um papel essencial, pois concerne-lhes o papel de orientação e proteção. A qualidade das experiências das crianças ou jovens institucionalizados variam das relações de vinculação e do apoio que a instituição consegue prestar. Consequentemente, influenciando o desenvolvimento integral e a construção da identidade destas crianças e jovens.

Da mesma forma, Mota & Matos (2008) defendem que as relações construídas no contexto de institucionalização são benéficas para a satisfação das necessidades das crianças e jovens e, portanto, levam à criação de uma relação de confiança. Com isto, os autores evidenciam o papel da instituição como uma fonte de qualidade que pretende aproximar-se ao sistema familiar. Desta forma, promovendo uma maior qualidade no que diz respeito à qualidade do desenvolvimento integral, assim como à satisfação das necessidades primárias dos indivíduos.

De acordo com o Manual de boas práticas (2019), os profissionais que integram uma Casa de Acolhimento, devem caracterizar-se pelo bom senso, pelo conhecimento e pelas suas práticas ou vivências. As práticas adequadas têm como objetivo desenvolver nas crianças e jovens comportamentos responsáveis, adequados e assertivos para a integração na sociedade.

Assim, os profissionais devem potencializar e garantir a satisfação das necessidades básicas, tais como, garantir a satisfação ao nível da alimentação, ao nível da higiene e habitação.

Do mesmo modo, as crianças ou jovens que se inserem num contexto de institucionalização residencial, apresentam uma maior possibilidade para constituírem relações de vínculo afetivo inseguras, em comparação às crianças ou jovens que residem com os seus pais biológicos (Pacheco & Canário, 2021).

Neste sentido, de acordo com Ferreira (2017), torna-se fundamental que exista uma relação de vinculação assegurada, no decurso do desenvolvimento da criança e/ ou jovem, com o propósito de os encaminhar para circunstâncias seguras, cooperando para a garantia indispensável do desenvolvimento quer cognitivo, como emocional da criança e/ ou jovem. Assim, a relação de vinculação contribui para a construção de uma relação de confiança, e consequentemente para a diminuição dos receios e das aflições das crianças e/ ou jovens. Desta forma, oferece a autoconfiança que esta necessita para encarar as adversidades ao longo da sua vida. Do mesmo modo, quando a criança se sente segura e protegida, ou seja, com bases ao nível da vinculação resistentes geralmente apresenta uma personalidade forte e consistente fundamentada na relação positiva com as figuras de vinculação.

2.2 Processo de desvinculação/ autonomização dos jovens com a instituição

A adolescência, no entender de Matos (2019), é uma fase onde se observam as mais intensas transformações e mudanças ao nível físico, emocional e psicossocial. No entender de Bourdieu (1993) a adolescência traduz-se numa afirmação, numa conceção e numa noção, pois temáticas como o género, a religião, a classe social ou a etnia, por exemplo, é que vão ser impactantes e ter um papel fundamental em definições e conceitos de fases da adolescência, como infância e juventude, que se tornam conceitos num contexto dinâmico.

Fleming (2004) afirma que a construção de identidade, a autonomia e a individualidade são elementos fundamentais no desenvolvimento humano. Deste modo, o processo de busca pela identidade pessoal prepara o jovem para a vida adulta, todavia é durante esta fase que o adolescente vivencia experiências que lhe permitam sensações múltiplas, sem ter qualquer tipo de receio (Nardi & Dell'Aglio, 2010).

Como já foi referido anteriormente, a adolescência é um processo marcado por diversas crises, mudanças e perdas. Esses marcos, para além de caracterizarem a fase de vida, são temáticas que se tornam igualmente importantes de serem trabalhadas, faladas e discutidas.

Quando falamos em crises, mudanças ou perdas associando-as a marcos determinantes da fase da adolescência, falamos em, por exemplo: crise existencial, fragilidade ao nível do afeto, desapego, dificuldades associadas ao amor-próprio, definição da identidade, divergências familiares, entre outras características (Strech, 2006). Esta crise, é marcada por dois polos: a dependência, referente à proteção e independência, onde se engloba a autonomia. No entanto, durante este processo destacam-se diversos conflitos e ambivalências na busca da sua própria identidade e autonomia e nas relações com os seus cuidadores (Santo, 2014). Em relação à identidade e autonomia, pode-se afirmar que estas são conseguidas através das interações que o jovem cria com o seu grupo de pares obtendo novos modelos de referência (Santo, 2014).

Na perspetiva de Fleming, (2005), Steinberg & Silverberg (1986), a autonomia caracteriza-se pela capacidade de o indivíduo conseguir determinar objetivos e decisões para a sua vida. Assim, a promoção da emancipação é fundamental para conquistar a autonomia. Com isto, podemos evidenciar que a autonomia envolve o conhecimento e a competência para decidir em conformidade com as necessidades apresentadas e de forma consciente. Ser autónomo envolve não só o próprio indivíduo, como também, os que o rodeiam uma vez que as decisões tomadas pelo próprio vão envolver e afetar os que lhe são mais próximos.

Com a evolução dos tempos a entrada dos jovens no mundo do trabalho tem vindo a ser cada vez mais tardia e, conseqüentemente a independência financeira é atingida cada vez mais tarde. Isto é também um efeito associado à escolaridade mais avançada e duradoura, bem como ao processo associado à concretização profissional. O resultado destas mudanças traduz-se num novo sistema de autonomia, no qual os pais se integram (Mota & Rocha, 2012).

É essencial durante o acolhimento residencial conceder às crianças e jovens o poder da decisão, responsabilizando-os pelos seus atos e decisões. Desta forma, prepara-se estes indivíduos para posteriormente serem capazes de se autonomizar facilitando assim a sua adaptação e o seu desenvolvimento. Com isto, pretende-se a integração no contexto em que se inserem, preparando-se para a vida adulta (CID, 2005).

Uma das adversidades que as crianças e jovens enfrentam durante a sua vida, prende-se com a privação de relações afetivas e de proximidade com figuras de referência, quer ao nível familiar, quer ao nível do contexto a que pertence. Desta forma, estes jovens apresentam algumas fragilidades, resultado dos seus percursos de vida. O processo de autonomização é gradual, sendo um processo no qual a instituição tem um papel fundamental na planificação e organização para a saída (Carvalho & Cruz, 2015).

O conceito de autonomia tem vindo a sofrer transformações constantes, resultado de diferentes conceções políticas, sociais, culturais e científicas, sendo sucessivamente ajustas a

cada época e a cada contexto social. Do ponto de vista de Reichert & Wagner (2007), a autonomia pode ser definida como a capacidade do indivíduo ser capaz de decidir e agir por si próprio, tendo em consideração que o desenvolvimento e a aquisição desta habilidade, vai depender do contexto onde o indivíduo se desenvolve e insere. Na perspectiva de Noom (1999) a autonomia é um processo em que o sujeito é capaz alcançar a capacidade de guiar a sua própria vida, estabelecendo metas, sentimentos de competência e habilidade de modo a controlar os seus comportamentos. Para Fleming (2005) o desejo de autonomia manifesta-se durante a puberdade e continua no decorrer da vida, “encontrando, porém, um eco conflitual nos pais; a capacidade de desobedecer e de comportar-se de acordo com as escolhas e os valores pessoais” (p.62-63). Por sua vez, Ferreira & Nelas (2006) afirmam que a autonomia é um processo complexo, mas fundamental na fase de transição para a vida adulta, de modo a que os jovens adquiram maturidade para ultrapassar os constrangimentos e tarefas que se vão defrontar no ciclo da vida.

No seu essencial, a autonomia está relacionada com o processo de socialização, em que o adolescente atinge na sociedade a sua individualidade, por sua vez integra-se socialmente sendo o suporte-base na vida adulta (Pires, 2011). Este processo, tem início nos primeiros anos de vida e decorre durante toda a vida. Este está interligado tanto a uma componente comportamental como a uma componente emocional, transparecendo acontecimentos do dia-a-dia tendo em conta as tomadas de decisões que, por conseguinte, tem o poder de alterar o rumo da vida dos adolescentes (Pires, 2011).

A autonomia ocupa um lugar muito importante na emancipação individual do jovem, pois é a partir desta que o jovem se integra na sociedade e assume-se como parte integrante da mesma (Sousa, 2015). A conquista da liberdade, a ânsia de tornar-se independente, bem como a construção de autonomia são alicerces fundamentais na adolescência, sendo que nesta fase o jovem experiencia variadas experiências “como forma de aprendizagem e construção de identidade” (Sousa, 2015, p. 25).

Noom, Dekovic & Meeus (1999) afirmam que predominam três tipos de autonomia: atitudinal, emocional e funcional. Segundo os autores, a primeira é traduzida pelo facto de os jovens tenderem a ser autónomos nas decisões que tomam e no que pretendem fazer da sua vida. A emocional refere-se ao afastamento dos laços emocionais com os pais e grupos pares, no que concerne dimensão emocional da autonomia consiste na capacidade que o jovem tem em aceitar os seus próprios valores e definir metas. Por último, a autonomia funcional é entendida como a capacidade do indivíduo de elaborar estratégias que possibilitem o alcance dos objetivos pessoais.

Para Fleming (2004) o conceito de individualização é crucial para se entender o desenvolvimento do ego juntamente com a autonomia e a formação de identidade. Esta articulação é realizada da seguinte forma, a autonomia é a outra face da individualização. Neste sentido, a autora afirma que isso vai depender daquilo que o jovem opta por acolher ou afastar da sua identidade, individualizando-se ou ganhando autonomia, respetivamente. Estes aspetos devem ser absorvidos na sua identidade, neste seguimento, é possível observar uma sucessão interdependente entre individualização/autonomia/formação de identidade (Fleming, 2004).

2.3 Desinstitucionalização

As crianças e jovens em acolhimento apresentam um percurso de vida marcado por experiências de perda, rejeição e parentalidade negligente (Calheiros, Magalhães & Monteiro, 2019). Neste sentido, quando os jovens entram nas instituições trazem consigo uma bagagem de relações inseguras e instáveis com o contexto social e as figuras cuidadoras primárias. Neste seguimento, os jovens sentem que o seu passado não é acolhido, apresentando dificuldades no que concerne à criação de relações com o exterior e consequentemente na criação de laços com figuras alternativas (Mota & Matos, 2018).

Estes jovens adultos que viveram grande parte da sua vida no acolhimento residencial e que agora se encontram no processo de autonomização, apresentam diversas limitações uma vez que, se “ a casa dos pais que não servia aos 17 acaba por ser a única solução que lhes é apresentada aos 18, o que muitas vezes os leva a optar por modelos não-lineares de transição, centrados no risco e na imprevisibilidade, caracterizados por uma sucessão de situações complexas e transitórias, experiências e retrocessos” (Rodrigues, 2018, p.62).

Rodrigues (2018), refere que o processo de autonomização poderá constituir-se como um desafio ou um evento traumático na vida destes jovens. Para esta autora, a maneira como o jovem adulto aceita esta transição vai depender da forma com foi orientado o processo de saída da instituição e do apoio que lhe é fornecido, de modo a compreender as dificuldades vividas pelo jovem e pelo suporte emocional que recebe durante esse período (Rodrigues, 2018).

Neste sentido, podemos referir que este período na vida dos jovens é fundamental na identificação das necessidades dos mesmos começando pelas necessidades mais básicas, nomeadamente fisiológicas, partindo depois para outras necessidades mais abstrata (Pires, 2011). Deste modo, Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho (2006) afirmam que, depois de assegurada a base das necessidades, são alvo de intervenção as componentes sociais e de

autoestima, que tem como objetivo principal a criação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, propulsor de uma melhoria sistemática na promoção de direitos e proteção das crianças/jovens institucionalizados, “para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança possa resultar a sua desinstitucionalização” (Carvalho, 2013, p.31).

Por sua vez, para que a transição possa ser realizada com êxito o jovem tem que estar preparado ao nível da autonomia, cognitiva, funcional, emocional e comportamental (Rodrigues, 2018).

Como referido anteriormente, a adolescência é a fase onde se observam as mais intensas transformações biopsicossociais, neste sentido, o processo de aquisição de competências é feito através da aprendizagem que providência a autonomização dos jovens, possibilitando que adotem uma perspetiva de vida adulta, onde se responsabilizam pela competência dos seus atos e decisões, definindo objetivos pessoais e comportamentais (Gomes, 2010). Do mesmo modo, Veloso (2014) refere-se à importância do exercício e preparação de competências como um método de aquisição de conhecimentos e, consequentemente, privilegia o percurso de autonomização dos adolescentes.

Ainda assim, o desenvolvimento de competências em meio institucional é visto pelos técnicos com um desafio, devido a escassa intervenção baseada num modelo educativo/terapêutico que põem causa o desenvolvimento, treino e a capacitação de competências, não satisfazendo as necessidades dos jovens (Sousa, 2015). Continuando nesta linha de pensamento, Gomes (2010) salienta a importância da existência de normas e limites na intervenção, de modo a que os jovens conseguiram desenvolver o seu percurso de autonomia de forma consciente e organizada.

2.4 Processo de autonomia no caminho para a vida adulta

Torna-se pertinente refletir sobre a importância de promover programas capazes de satisfazer as necessidades referentes a estas faixas etárias, capazes de proporcionarem uma melhoria na qualidade de vida de cada um, atendendo às necessidades proporcionadas pela faixa etária em que se encontram. Estes programas devem ser capazes de promover a autonomia e a responsabilização dos jovens, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos e princípios para a transição para a vida adulta (Casa, 2018). Assim, de acordo com Figueiró e Campos (2013), no que diz respeito aos adolescentes, a instituição deve possuir programas que

proporcionem quer a qualificação profissional, como a inserção no mercado de trabalho. Desta forma, a instituição consegue trabalhar e preparar estes adolescentes para uma vida autónoma, tornando-os capazes de se autossustentarem e consequentemente se tornarem independentes. Neste seguimento, podemos referir que a instituição possui um papel fulcral no decorrer desta aprendizagem, pois deve orientar estes adolescentes para uma vida independente quer a nível social, económico como afetivo uma vez que esta transição é caracterizada por uma passagem para a vida adulta. Os adolescentes devem ser preparados para esta transição, assim como orientados para ultrapassarem os seus medos e angústias (Figueiró & Campos, 2013).

2.5 O Papel da família

As crianças e jovens em acolhimento apresentam um percurso de vida marcado por experiências de perda, rejeição e parentalidade negligente (Calheiros, Magalhães & Monteiro, 2019). Neste sentido, quando os jovens entram nas instituições trazem consigo uma bagagem de relações inseguras e instáveis com o contexto social e as figuras cuidadoras primárias. Neste seguimento, os jovens sentem que o seu passado não é acolhido, demonstrando dificuldade nas relações com o exterior e consequentemente na criação de laços com figuras alternativas (Mota, Matos, Simões, Alves, Diogo, Gonçalves & Godinho, (2018). Complementando o que foi anteriormente referido, Strecht (2002), afirma que ao integrarmos uma criança ou jovem num meio externo à sua família, requer de uma certa forma um reajuste no que diz respeito ao afastamento da sua família e uma adequação quer a um novo espaço como à forma de vida.

Assim, o envolvimento das famílias durante o acolhimento é crucial para estimular uma futura reintegração familiar, contudo, mais de metade das instituições não incentiva a participação dos familiares na vida ativa dos jovens (Siqueira & Dell’Aglia, 2007). Todavia, no ano de 2018, o principal motivo que levou a cessação do acolhimento foi o regresso do jovem à sua família de origem, melhor dizendo pela (re) integração junto dos pais / pai, mãe, tios, avós, irmãos, família adotante, pessoa ou família idónea e ainda apadrinhamento civil, contando com um total de 1.970 crianças e jovens (CASA, 2018).

Porém, perante o relatório de percursos de vida de jovens ex-institucionalizados (2005), é possível verificar que grande parte dos jovens depois de sair da instituição entram em contacto direto com a sua família, devido as situações precárias em que se encontram, como forma de procurar algum afeto, sentido de vida e expectativas para o futuro. Continuando nesta linha de pensamento, o processo de retorno a família é complexo, e os jovens, “vão compondo e

recompondo o seu agregado, na maioria dos casos dividido ou agredido por gerações de múltiplos problemas de exclusão” (Gomes, 2005, p.93).

Aos olhos de Santos, as maiores dificuldades no retorno a família de origem são, a ausência ou perda de vínculo afetivo e consequentemente as fracas habilidades parentais, fracas condições económicas e a escassez de medidas e políticas públicas e de ações institucionais de apoio a reintegração familiar, como por exemplo um programa de habilidades parentais (Siqueira & Dell’Aglío, 2007).

Neste seguimento, Alarcão e Gaspar (2007, p.90), consideram que “... a família é geralmente considerada como um lugar privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação e, como tal, como um enquadramento relacional fundamental para o desenvolvimento do ser humano”. Assim, a família é então considerada a primeira instituição socializadora do indivíduo, desempenhando um papel de organizadora primária perante a sociedade, desempenha ainda uma função de criação de laços emocionais entre os vários membros, sendo que é na família que determinadas características aparecem no adolescente (Sudbrack, 2001).

Com isto, importa referir que, o ambiente familiar é uma base fundamental no que diz respeito ao comportamento dos indivíduos, uma vez que é nele que o indivíduo aprende a interagir através da linguagem, comunicação, contacto corporal, sentimento de filiação, fraternidade, amor e relações interpessoais (Capelo e Carinhas, 2011 cit. por Dias, 2012). Neste sentido, de acordo com Ferreira (2017), torna-se fundamental que exista uma relação de vinculação assegurada, no decurso do desenvolvimento da criança e/ ou jovem, com o propósito de os encaminhar para circunstâncias seguras, cooperando para a garantia indispensável do desenvolvimento quer cognitivo, como emocional da criança e/ ou jovem. Assim, a relação de vinculação contribui para a construção de uma relação de confiança, e consequentemente para a diminuição dos receios e das aflições das crianças e/ ou jovens. Desta forma, oferece a autoconfiança que esta necessita para encarar as adversidades ao longo da sua vida. Do mesmo modo, quando a criança se sente segura e protegida, ou seja, com bases ao nível da vinculação resistentes geralmente apresenta uma personalidade forte e consistente fundamentada na relação positiva com as figuras de vinculação.

Capítulo II – Caracterização Socioinstitucional

O Centro de Acolhimento Residencial é uma resposta social situada no distrito de Aveiro. Esta Instituição rege-se pelas normas do Acordo Atípico celebrado com o centro Distrital de Aveiro, a 6 de fevereiro de 2009, situado na zona norte.

O Centro de Acolhimento Residencial é um equipamento com autonomia, que tem como principal objetivo o acolhimento de crianças e jovens, de forma a garantir e promover os seus direitos.

Numa primeira instância, destinava-se a acolher crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos de idade, estando a faixa etária dos 0 aos 10 anos direcionada para ambos os sexos e a restante para jovens do sexo masculino. Contudo, a partir de 2015 começou a acolher preferencialmente crianças e jovens com idades a partir dos 12 anos; funciona em regime aberto, com um modelo que se assemelha o mais possível à vida diária das crianças e jovens. Neste seguimento, a capacidade de resposta deste Centro de Acolhimento Residencial é de 20 crianças ou jovens.

Em relação às divisões/ espaços que este Centro de Acolhimento Residencial contempla existem:

- 7 quartos duplos;
- 2 quartos individuais;
- 6 casas de banho, em que 3 se destinam a crianças/jovens com necessidades especiais;
- Sala de convívio;
- Sala de estudo;
- Sala de refeições;
- Cozinha;
- Um Gabinete da Equipa Técnica, um Gabinete da Direção Técnica, entre outras divisões.

No que se refere ao objetivo geral do Centro de Acolhimento Residencial, destina-se acolher crianças e jovens em situação de perigo (art. 3, da Lei 147/99, de 1 de Setembro, Lei de Proteção de crianças e Jovens em Perigo – LPCJP), de forma a garantir os cuidados adequados às suas necessidades e proporcionando condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. Quanto aos objetivos específicos, estes pretendem assegurar alojamento; proporcionar às crianças e jovens a satisfação de todas as necessidades básicas, num ambiente tão próximo quanto possível ao da estrutura familiar e satisfação das necessidades específicas decorrentes do acolhimento; permitir a realização do diagnóstico de

cada caso, bem como a definição do Projeto de Vida das crianças e jovens, estabelecendo um plano individualizado, visando sobretudo a reunificação familiar com regresso ao seu meio natural de vida quando possível, ou outras respostas como a adoção e/ou autonomia, tendo em conta uma integração segura na comunidade envolvente; proporcionar por todos os meios possíveis e disponíveis, a valorização pessoal, social, escolar e profissional de cada jovem; promover a integração das crianças/jovens em atividades de ocupação dos seus tempos livres (ex: desportos, exposições, cinema, teatro, quinta pedagógica, entre outros) de acordo com os seus interesses e potencialidades e proporcionar acompanhamento médico e psicológico a todas as crianças/jovens que dele necessitam.

Por fim a equipa desta Casa de Acolhimento é constituída por: uma Diretora Técnica com formação em serviço social; Equipa Técnica (dois Psicólogos, uma Técnica Superior de Serviço Social e uma Educadora Social); Equipa Educativa (dez ajudantes de Ação Direta); Equipa de Apoio (três trabalhadores de Serviços Gerais, uma cozinheira e um ajudante de cozinha) ;Estagiários/as profissionais.

A seguinte tabela pretende demonstrar, algumas características que definem a equipa técnica que constitui a Casa de Acolhimento Residencial.

Género	Função	Formação
Feminino	Diretora Técnica	Serviço Social
Masculino	Psicólogo	Psicologia
Feminino	Psicóloga	Psicologia
Feminino	Assistente Social	Serviço Social
Feminino	Educação Social	Educadora Social

Tabela 1- Características da equipa técnica da Casa de Acolhimento Residencial.

Em seguida, a tabela abaixo representada, pretende demonstrar as qualificações académicas da equipa educativa que é composta por 10 Ajudante de Ação Direta todas do género feminino.

Formação	Número de pessoas
Licenciatura em educação básica	1
12º ano de escolaridade	7
9º ano de escolaridade	2
Total	10

Tabela 2- Características da equipa educativa da Casa de Acolhimento Residencial.

1. Rotinas dos jovens

Rotina Semanal ⁶	
6h30 às 8h00	Despertar;
7h00 às 8h00	Pequeno-almoço;
7h00 às 9h00	Saída dos jovens para as escolas;
17h30 às 18h30	Chegada dos jovens das escolas;
16h00 às 19h00	Apoio ao estudo; Higiene pessoal;
19h00	Jantar;
20h00 às 21h30	Execução de tarefas, atividades livres e atividades estruturadas;
21h30	Ceia;
22h00	Deitar.

Tabela 3- Rotinas semanais dos jovens.

⁶ Documento disponibilizado pela Casa de Acolhimento Residencial.

Rotina de Fim-de-semana⁷

9h00	Despertar;
9h00 às 10h30	Pequeno-almoço;
10h00 às 12h00	Arrumação/ Limpeza dos quartos e espaços comuns e atividades livres;
12h30	Almoço;
13h30 às 19h30	Passeios informais para o exterior, convívios, atividades na comunidade, atividades estruturadas; atividades livres...
16h00	Lanche;
18h30	Higiene pessoal;
19h00	Jantar;
20h00 às 21h30	Execução de tarefas, preparação do dia seguinte (ao domingo) e atividades livres;
21h30	Ceia;
22h00	Deitar.

Tabela 4- Rotina de Fim-de-Semana dos jovens.

1.1 Tipologia das atividades desenvolvidas pela instituição

Na casa de acolhimento residencial, tal como outras casas de acolhimento, para assegurar a organização e facilitar assim, a cooperação entre as crianças e jovens e a equipa estabeleceu algumas rotinas. Estas rotinas são também fundamentais para o desenvolvimento de competências ao nível da responsabilidade e organização, fomentando desta forma a preparação para a vida adulta. As tarefas de vida diária, associadas à limpeza e asseio, à preparação do refeitório para as refeições e posteriormente a arrumação do mesmo são algumas das tarefas que integram o quotidiano destas crianças e jovens. Com isto, pretende-se promover a participação, responsabilização e evolução destas crianças e jovens pelos espaços comuns.

Uma das atividades proporcionadas em prol da satisfação das necessidades das crianças e jovens que integram esta casa de acolhimento, prende-se com o acompanhamento pormenorizado ao estudo. Esta atividade desenvolve-se num local próprio, ou seja, a sala de estudo que dispõe de um conjunto de instrumentos que facilitam o acesso ao conhecimento.

⁷ Documento disponibilizado pela Casa de Acolhimento Residencial.

Do mesmo modo, são organizadas atividades anualmente que pretendem possibilitar as crianças e jovens que integram a instituição adquirir novos conhecimentos, capazes de intensificar a cultura dos mesmos. Estes jovens participam em diversas atividades como, o teatro, cinema, patinagem, idas à praia, e diversos ateliers associados à música, artes manuais, entre outros. Para além das atividades referidas anteriormente, são estabelecidas atividades para todos os fins-de-semana por serem os dias em que têm mais tempo livre. As propostas são variadas, sendo que algumas das atividades que são propostas variam entre caminhadas ao ar livre, jogos didáticos, passeios de bicicleta, comemoração de dias temáticos e consciencialização sobre a importância do tema abordado, entre outros.

Por outro lado, outra das oportunidades concedida a estas crianças e jovens atualmente consiste na participação semanalmente em atividades proporcionadas pelo, “Pelos Trajetos de Vida”. Este projeto pretende desenvolver as capacidades das crianças e jovens. Consiste na realização de atividades que proporcionam momentos radicais que permitem às crianças e jovens experienciar a sensação de risco, sensibilizando os mesmos para estilos de vida saudáveis. Estas atividades são de carácter lúdico. Realizam atividades diferentes todas as semanas, como por exemplo, andar de barco, Boccia, caminhadas, ciclismo, entre outras. Esta atividade decorre todas as quartas-feiras entre as duas e as cinco horas da tarde. É uma atividade que todos os jovens apreciam bastante, por lhes proporcionar sempre momentos divertidos e diferentes.

1.2 Diagnóstico de necessidades

É necessário identificar e recolher informação para se conseguir atuar de forma eficaz e consciente num determinado contexto ou problemática.

É essencial evidenciar que todos os integrantes carregam diferentes histórias de vida e por isso mesmo, apresentam necessidades diferentes e específicas. Neste sentido, existe a necessidade de colmatar as adversidades que estas crianças e jovens apresentam com a finalidade de promover a capacitação e desenvolvimento integral de cada um. Também consequência do modo de vida a que anteriormente foram sujeitos, assim como ao contexto onde se inseriram até serem institucionalizados, estes indivíduos apresentam algumas carências ao nível das competências que são fundamentais para a evolução de cada um. Do mesmo modo, pretende-se inculcar novos conhecimentos e novas rotinas, com o principal objetivo de promover

comportamentos adequados nos diversos contextos facilitando desta forma, a integração e participação destes indivíduos no ambiente a que pertencem.

Segundo a teoria de Maslow (1954), as necessidades subdividem-se em cinco categorias designadas como:

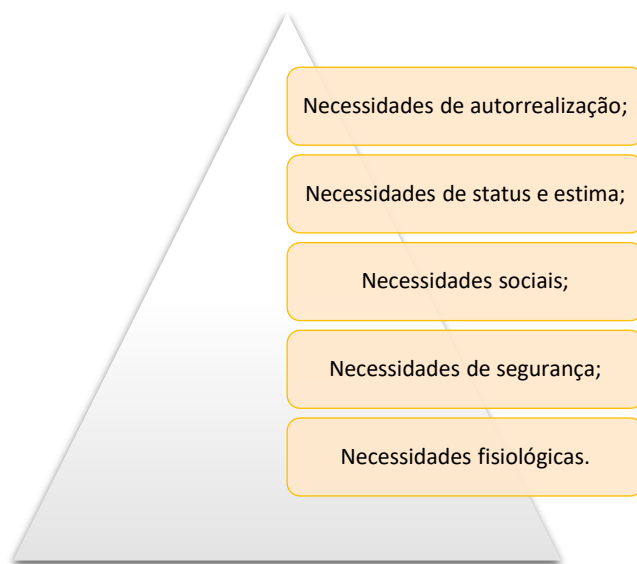


Figura 2- Pirâmide de Maslow.

Na base da pirâmide estão incluídas as necessidades primárias, as necessidades fisiológicas e as necessidades de segurança.

No que diz respeito às necessidades fisiológicas, de acordo com Roseiro (2009) existem algumas componentes que compõem este fator, tais como, ao nível da alimentação, satisfação de necessidades associadas ao vestuário, à habitação e ao impacto da qualidade da mesma na satisfação das necessidades do indivíduo.

Quanto às necessidades de segurança, o autor defende que esta necessidade requer um equilíbrio entre a segurança e a permanência no mundo do trabalho, assim como, a proteção ao nível de perigos e riscos físicos.

De seguida estão incluídas no topo da pirâmide as necessidades sociais, de status e estima e de autorrealização. Estas necessidades, segundo Roseiro (2009) estão interligadas intimamente com a satisfação das necessidades ao nível pessoal de cada sujeito.

Neste sentido, é também importante para o desenvolvimento integral da criança ou jovem o envolvimento da família e da comunidade a que estes pertencem. Neste seguimento torna-se importante referir o modelo ecológico. Segundo Canhão (2007) o modelo ecológico

deve incidir a realização de uma apreciação das necessidades das crianças e jovens, no que diz respeito ao seu desenvolvimento cognitivo. Assim, cabe à instituição desenvolver estratégias que envolvam a participação das famílias, da criança ou jovem e dos elementos abrangidos, no sentido de efetuar um diagnóstico e posteriormente planejar a intervenção. A intervenção deverá refletir-se em três questões fundamentais, tais como, a carência ao nível do desenvolvimento da criança ou jovem, as capacidades apresentadas pelos progenitores e família e os princípios familiares e ecológicos.

Através deste modelo, os profissionais deverão conseguir realizar um diagnóstico capaz de atender as necessidades individuais de cada indivíduo.

Leandro et al. (2006) afirma que, depois de assegurada a base das necessidades, os jovens são objeto de intervenção no que diz respeito aos fatores sociais e de autoestima, com o objetivo de preparar os jovens para o desenvolvimento de uma personalidade moderada e composta, assim como, potenciar o desenvolvimento de habilidades e métodos que visam atuar na promoção de comportamentos positivos, constatar habilidades, aquisição de princípios de convivência compreensiva e flexível, encaminhando estas crianças e jovens para o desenvolvimento de estratégias relacionadas com uma educação de esperança, confiança e positiva. Deste modo Pires (2011) afirma que a promoção da autonomia em jovens institucionalizados deve ser um processo gradual e deve-se basear na individualidade de cada um, na sua autonomia e dar-lhe a oportunidade de escolher e de tomar decisões, bem como desenvolver competências pessoais e sociais. Deve-se promover também a participação das crianças e jovens em atividades exteriores à instituição de acolhimento.

Leandro et al. (2006) evidenciam que as crianças e jovens institucionalizados devem beneficiar da definição de um projeto de vida.

Esse projeto de vida deve assentar em oito princípios e valores do cuidar:

- Dignidade;
- Respeito;
- Autonomia;
- Capacidade de escolher;
- Privacidade e intimidade;
- Confidencialidade;
- Igualdade e Equidade e a Participação.

Desta forma, a instituição deve respeitar a individualidade de cada jovem, para que se sintam em “casa”, encorajando-o a ser responsável pelos seus atos e por si próprio, de forma a trabalhar a sua autonomia e a realizar as tarefas que seja capaz de efetuar (Pires, 2011, p.32).

Capítulo III- Metodologia

1. Objetivos de investigação

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da presente investigação é:

- Perceber a perspectiva dos jovens institucionalizados sobre as questões de vinculação e autonomia.

1.2 Objetivos Específicos

Do mesmo modo, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Perceber o significado que estes jovens atribuem à autonomia;
- Compreender se consideram uma pessoa autónoma;
- Entender a importância que atribuem à autonomia;
- Identificar situações em que se consideram autónomos;
- Perceber a conceção dos mesmos relativa ao seu papel na instituição;
- Saber o significado que a instituição desempenha nas suas vidas;
- Identificar a existência de uma figura de referência para estes jovens;
- Perceber se recorrem à figura de referência como um porto seguro;
- Conhecer a perceção dos jovens sobre a Casa de Acolhimento;
- Compreender os projetos de vida futuros destes jovens;
- Conhecer os objetivos que planeiam para o futuro;
- Perceber as sensações dos jovens à cerca da sua saída da instituição.
- Perceber o tipo de relação que permanece entre as crianças e/ ou jovens e as figuras cuidadoras;
- Entender as representações das crianças e/ ou jovens sobre a instituição;
- Perceber a perceção dos jovens face à sua situação atual;
- Analisar o impacto da institucionalização em relação à criação de vínculos afetivos;
- Identificar as expectativas das crianças e/ ou jovens relativamente à sua autonomização.

A metodologia de investigação representa um método que pretende escolher uma técnica de investigação que corresponda às finalidades que se procura alcançar (Sousa & Baptista, 2014).

Neste estudo, o método utilizado corresponde a um método qualitativo visto que este pretende entender e conhecer as ações, as condutas e os princípios de cada indivíduo. Este método apresenta como vantagem a qualidade da recolha de dados e a oportunidade de alcançar uma investigação de qualidade por este método envolver a utilização de técnicas como a entrevista, a análise documental e a observação (Sousa & Baptista).

2. Procedimentos aplicados para a recolha de dados

2.1 Observação Participante

A observação corresponde a um método de recolha de dados, que consiste na permanência de um investigador no contexto de investigação. No que concerne à observação participante, corresponde ao investigador desempenhar o papel de observador principal. Neste sentido, o investigador incorpora e interage com o meio que pretende investigar com o propósito de obter uma aproximação privilegiada facilitando a recolha das diferentes conceções das pessoas com quem se relaciona. A participação e integração neste contexto procura o levantamento de informações, nas quais um observador não participante não conseguiria alcançar. Com isto, podemos evidenciar que a observação participante representa um método de investigação qualitativa, onde o objetivo principal passa pela perceção de um contexto que é externo ao investigador. Esta participação promove o envolvimento do investigador proporcionando-lhe vivências e experiências primordiais para a conceção da sua investigação (Sousa & Baptista, 2014).

Seguindo esta linha de pensamento, através da execução do estágio foi possível vivenciar e experienciar o trabalho no campo. Neste sentido, a observação participante foi parte integrante do projeto de investigação, tornando-se uma peça fundamental na criação de laços afetivos e de proximidade com os integrantes, permitindo uma maior clareza na recolha de informação. Esta observação possibilitou também uma maior compreensão sobre a constituição e organização da instituição, permitindo a observação dos diferentes comportamentos, hábitos, rotinas e perceção das relações.

2.2 Análise documental

De acordo com Sousa & Baptista (2014), a análise documental desempenha um papel crucial para a investigação qualitativa. A análise pretende a pesquisa de informação através de documentos. Estes documentos permitem ao investigador ter acesso a alguns documentos cruciais para o desenvolvimento da investigação.

Deste modo, no contexto onde decorreu esta investigação foram analisados alguns documentos oficiais da instituição para a obtenção de uma melhor recolha de dados. Assim, alguns dos documentos que foram analisados dizem respeito nomeadamente ao regulamento interno da instituição, aos planos de atividades anuais e posteriormente aos relatórios que lhes compete, assim como aos processos individuais das crianças e jovens que integram a instituição. Esta análise possibilitou uma melhor compreensão acerca das funções que a instituição desempenha, assim como, admitiu uma perceção mais aprofundada sobre a história de vida destas crianças e jovens.

2.3 Entrevista semiestruturada

A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações (Ketele & Roegiers, 1999).

Esta entrevista caracteriza-se por constituir-se por um guião previamente preparado apresentando um conjunto de perguntas onde o entrevistador pretende desenvolver. Com isto, procura-se que o entrevistado se sinta livre, no entanto, não permite desviar-se do assunto que se pretende abordar (Sousa & Baptista, 2014).

Esta técnica, implica uma interação entre o entrevistador, neste caso o investigador, e o entrevistado possibilitando a obtenção de informação de forma livre e espontânea, uma vez que as respostas não se encontram programadas nem estruturadas dado que são pensadas e respondidas no momento, facilitando o processo de partilha da história de vida, das experiências, representações e perceções dos sujeitos entrevistados (Coutinho, 2015). Em termos metodológicos, a autora citada refere que esta técnica é essencialmente utilizada quando se pretende abordar assuntos pessoais e delicados, permitindo aceder a informação mais detalhada da “bagagem” das experiências e pontos de vista dos jovens entrevistados.

A escolha da execução de uma entrevista semiestruturada relaciona-se com a intenção de através do diálogo se alcance dados dos participantes essenciais para o desenvolvimento e concretização da investigação. Neste sentido, através da entrevista semiestruturada captamos relatos de experiências e vivências destes jovens em profundidade.

Por outro lado, é necessário explicitar as vantagens que este método acarreta para a investigação. Assim, as vantagens apresentadas por Sousa & Baptista (2014) dizem respeito:

- Levantamento de dados em maior profundidade e qualidade;
- Facilita o levantamento de informações e concepções dos entrevistados;
- Faculta a análise da informação relevante para a pesquisa;
- É ajustável, pois possibilita compreender se os constituintes percebem o conteúdo referido.

2.4 Amostra

Amostragem é o processo de seleção dos sujeitos que participam num estudo (Coutinho, 2014, p. 89). Importa evidenciar que a amostra desta entrevista se caracteriza por incidir numa amostra por conveniência, que de acordo com Sousa & Baptista (2014), a escolha desta amostra pressupõe por um lado a participação de forma voluntária, por outro lado, a escolha dos participantes por conveniência. A idade e o tempo que os jovens desta instituição se encontram institucionalizados, foram os dois critérios definidos para a seleção dos participantes.

Relativamente à entrevista realizada no contexto de estágio, esta procurou perceber as perspetivas dos jovens institucionalizados sobre dois pontos de vista que se complementam e relacionam. Neste sentido, esta entrevista abordou a temática da autonomia, no sentido de os participantes expressarem o que para eles significava este conceito, de que forma é que se sentiam autónomos procurando sempre identificar as concepções dos mesmos sobre esta temática e tudo o que ela envolve. Durante a entrevista, foram também abordadas questões que se interligam com a vinculação. Desta forma, tentou-se entender quais eram as figuras de referência destes jovens e de que forma esta relação é vista pelos mesmos, ou seja, de que forma recorrem a esta figura nas diferentes circunstâncias.

As entrevistas foram realizadas em momentos oportunos para os entrevistados, sendo que participaram oito jovens em que as idades variam entre os quatorze anos de idade e os dezanove anos de idade.

2.5 Análise de Conteúdo

Como forma de análise dos dados obtidos na entrevista realizada aos jovens, utilizou-se a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2009) a análise de conteúdo pressupõe uma pré-análise das entrevistas realizadas, com base na descrição de conteúdos escritos. Este método é frequentemente associado a análise de entrevistas

Para analisar as entrevistas de forma estruturada, recorreu-se numa primeira fase à transcrição na íntegra das mesmas, e posteriormente à análise das respostas dos participantes. Ao longo da análise realizou-se diferentes quadros de acordo com as diferentes categorias de forma a alcançar os resultados.

Capítulo- IV Caracterização dos participantes

Este estudo foi aplicado a jovens que integram a Casa de Acolhimento Residencial. Como já foi referido anteriormente, este estudo constitui-se por oito jovens com idades compreendidas entre os quatorze e os dezanove anos.

A amostra foi escolhida através da seleção de jovens com idades próximas para a conquista da autonomia, assim como a seleção de jovens utilizando um critério associado ao tempo em que residem na instituição. Esta escolha deve-se por um lado, à importância de entrevistar jovens que de acordo com a idade que apresentam, conseguem definir de forma mais consciente o que é a autonomia, e que também se encontram mais próximos de se autonomizar. Por outro lado, tornou-se também essencial entrevistar jovens que já permanecem algum tempo na instituição para que fosse possível evidenciar as percepções dos mesmos sobre a vinculação e a representação da figura vinculativa nas suas vidas.

<i>Participantes</i>	Grupo etário	Tempo de institucionalização
<i>Participante A</i>	Dezassete anos	Quatro anos
<i>Participante B</i>	Dezassete anos	Dois anos
<i>Participante C</i>	Dezassete anos	Cinco anos
<i>Participante D</i>	Quatorze anos	Dois anos
<i>Participante E</i>	Dezassete anos	Dois anos
<i>Participante F</i>	Quatorze anos	Seis anos
<i>Participante G</i>	Dezanove anos	Cinco anos
<i>Participante H</i>	Dezassete anos	Dois anos

Tabela 5- Caracterização dos jovens.

1. Percurso de vida dos jovens

Caracterização do participante A

O participante A é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e na altura do acolhimento tinha 13 anos. Este jovem entrou na instituição em 2017, e por isso está institucionalizado neste momento há quatro anos. O agregado familiar deste jovem é composto pela sua mãe e pela sua irmã de seis anos. Desde 2008 as responsabilidades parentais foram atribuídas à progenitora. O jovem A presenciou episódios de violência doméstica do companheiro da sua progenitora à própria acabando por serem acolhidos numa Casa Abrigo. O jovem apresentava comportamentos desadequados e problemáticos, nomeadamente como a agressividade, absentismo escolar e indisciplina aos quais a família apresentava dificuldades em monitorizar. Desta forma a comunicação entre o jovem e a progenitora era complexa. Continha comportamentos de risco, não só associados ao comportamento que apresentava perante a progenitora e perante os docentes, como também relacionados a consumos de substâncias ilícitas, como a droga e o álcool.

O jovem A, atualmente tem dezassete anos e frequenta o 11º ano de escolaridade. Encontra-se a frequentar a escola de condução para a obtenção da carta. No geral, é um jovem que apresenta um comportamento adequado, quer em contexto escolar, quer em ambiente residencial. No que diz respeito à escola, o jovem apresenta-se desanimado por não querer continuar os estudos. No entanto, existe um trabalho realizado quer pela equipa técnica, quer pela equipa educativa no sentido de aconselhar o jovem para a importância de terminar a escolaridade e de alertar para as consequências que futuramente poderão surgir pela falta de estudos. Caracteriza-se por ser um jovem calmo, e bem-educado. No entanto, continua a apresentar pontualmente comportamentos associados ao consumo de substâncias ilícitas. Esta situação, provoca situações de mal-estar e punição trazendo consequências para o jovem. Continua a mostrar uma relação de proximidade com a progenitora e com a sua irmã. Frequenta assim, a casa da sua progenitora de quinze em quinze dias, aos fins de semana, assim como alguns dias no período de férias escolares.

Caracterização do participante B

O participante B é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e no momento do acolhimento o jovem tinha quinze anos de idade. Entrou na instituição em 2019, portanto encontra-se institucionalizado há dois anos. Este jovem foi sinalizado por um lado pelo absentismo escolar, e por outro lado pela negligência parental. A progenitora apresenta algumas dificuldades em estabelecer regras e limites ao jovem. Este apresenta um comportamento sereno, equilibrado e bem-educado. Passou por grandes dificuldades ao nível financeiro, pelo progenitor não cumprir com o pagamento da pensão dos alimentos.

O jovem B, atualmente tem dezassete anos, frequenta neste momento o 11º ano, mostrando-se organizado e cumpridor das tarefas propostas no contexto escolar. Caracteriza-se por ser um jovem educado, organizado, tranquilo e responsável. Apresenta uma relação de proximidade com a sua progenitora, mostrando o desejo de voltar para a sua terra aos dezoito anos. Perante isto, o jovem planeia acabar os estudos na sua terra, não propondo a hipótese de abandonar os estudos. No entanto, também se caracteriza por ser influenciável. Neste sentido, acaba por cometer excecionalmente falhas relativas ao consumo de substâncias ilícitas. Gosta de participar e ajudar os mais novos, mostrando um comportamento afável para com os outros.

Caracterização do participante C

O participante C é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e no momento do acolhimento tinha doze anos de idade. O jovem entrou na instituição em 2016, e por isso está institucionalizado há cinco anos. O jovem residia com o seu progenitor. Apresenta algumas condições ao nível motor e cognitivo consequência do diagnóstico que apresenta, hidrocefalia e deficiência mental moderada, estas particularidades acabam por condicionar o comportamento do jovem ao nível do relacionamento com os outros. O jovem foi alvo de negligência ao nível dos cuidados básicos e de saúde, sendo que o jovem teve exposto a situações de violência doméstica por parte do seu progenitor para a sua progenitora, consequência do alcoolismo. Este jovem padeceu pela ausência de uma figura cuidadora de forma mais contínua. Existe uma suspeita de que o jovem tenha sofrido abusos sexuais, por parte do seu irmão, no entanto não foi possível certificar a veracidade destes dados. Revela comportamentos violentos e de oposição. É um jovem com necessidades educativas especiais.

O participante C, atualmente tem dezassete anos e como já foi referido no ponto anterior, apresenta necessidades educativas especiais. Frequenta neste momento a escola, onde integra aulas e atividades específicas e adaptadas às suas condições. No geral é um jovem que necessita de orientação para perceber o certo e o errado. No entanto, o jovem C apesar das limitações cognitivas que apresenta, dispõe de capacidades físicas para realizar tarefas que surgem no dia-a-dia. Mantém uma relação de proximidade com o seu progenitor. O jovem frequenta a casa do progenitor regularmente, acabando por se deslocar de quinze em quinze dias e alguns dias a definir no período de férias escolares. No entanto, o jovem por vezes relata situações onde é possível evidenciar as dificuldades do progenitor em moderar os comportamentos e atitudes do jovem. Hoje em dia, de forma geral, não apresenta comportamento relacionados com a agressividade.

Caracterização do participante D

O jovem D é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e no momento do acolhimento tinha doze anos. Entrou na instituição em 2019 e, portanto, reside na instituição há dois anos. Residia com o seu progenitor desde o final de 2018, consequência de um processo de maus tratos contra a sua progenitora. O jovem caracteriza-se por um percurso com um histórico associado a várias mudanças no que diz respeito à figura cuidadora. Deste percurso fizeram parte a progenitora, o progenitor, os avós paternos, e posteriormente após o falecimento da sua avó, o avô paterno. O jovem apresenta um comportamento relacionado com a oposição e desafio, no entanto, mostra bastante carência ao nível emocional, procurando muitas vezes atenção e carinho. Contudo, o jovem tem dificuldade em retribuir o carinho que lhe dão, não demonstrando empatia pelo próximo. Apresenta comportamentos agressivos, consequentemente refletindo-se no contexto escolar. O jovem tem boas competências ao nível cognitivo. Não construiu nenhuma relação vinculativa com as figuras cuidadoras, resultado do histórico de mudança de cuidador anteriormente referida.

Atualmente o jovem D tem quatorze anos e frequenta o 8º ano, apresentando um comportamento de oposição e desafio quer no contexto residencial, quer no contexto escolar. Apresenta dificuldades ao nível da concentração e, consequentemente apresenta problemas ao nível do comportamento em contexto de sala de aula, sendo mais evidente nas aulas teóricas. Apresenta maior aptidão e disposição para trabalhos manuais ou relacionados com a tecnologia.

Neste sentido, a escola proporciona momentos de cariz mais práticos, de forma a melhorar o aproveitamento e comportamento do jovem. Ao nível cognitivo o jovem apresenta bastantes capacidades, no entanto não apresenta resultados escolares satisfatórios consequência do seu comportamento. Ao nível da relação com os progenitores, mantém uma relação afastada. Sendo que a progenitora realiza visitas na instituição pontualmente. Apesar do comportamento desadequado e algumas vezes agressivo, o jovem é profundamente carente, sendo que procura regularmente a atenção e o carinho dos outros. É um jovem que tenta agradar, no entanto quando as situações fogem do seu controle acaba por se exaltar.

Caracterização do participante E

O jovem E é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e no momento do acolhimento tinha quinze anos de idade. Deu entrada na instituição em 2019, por isso permanecendo na mesma há dois anos. A progenitora do mesmo, apresenta um percurso associado aos consumos excessivos de bebidas alcoólicas. Ao nível escolar caracterizava-se por um jovem com retenções escolares, absentismo e desinteresse escolar, identifica-se com atividades de cariz prático e não para aulas teóricas, transgredindo ao nível da assiduidade/pontualidade e mostrando comportamentos inconvenientes em ambiente de sala de aula. Os progenitores apresentam dificuldades em garantir os cuidados básicos, como é o caso da higiene pessoal e vestuário, apesar de conseguirem garantir bens essenciais como a alimentação, habitação e saúde. Apresentam dificuldades no concerne à imposição de regras e hábitos de estudo.

Atualmente o jovem, tem dezassete anos e frequenta o 8º ano, sendo que se mostra motivado para a conclusão dos estudos. É um jovem que apresenta um comportamento adequado, mostrando-se ansioso para o término dos estudos com o objetivo de trabalhar e conseguir cuidar dos seus irmãos. O jovem tem dois irmãos institucionalizados, sendo que um deles integra a mesma instituição. Denota-se uma proteção, e responsabilização sentida pelo jovem pelo seu irmão. Com isto, quero dizer que o jovem se sente responsável pelos atos do seu irmão mais novo. Apresenta como objetivos terminar a escolaridade, arranjar emprego e conseguir proporcionar aos seus irmãos uma família e uma vida mais estável. A relação com os progenitores é uma relação debilitada e confusa. Ambos os progenitores não reúnem as

condições básicas para conseguir proporcionar a este jovem a satisfação das necessidades básicas.

Caracterização do participante F

O participante F é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e no momento do acolhimento tinha oito anos de idade. Entrou na instituição em 2015, por isso encontra-se institucionalizado há seis anos. O jovem pertencia a uma comunidade cigana, onde vivia com a sua avó. Na altura do acolhimento, a progenitora do jovem encontrava-se presa, e por isso o jovem encontrava-se entregue ao cuidado da sua avó materna. Uma vez que os cuidados relativos à garantia de segurança e saúde não se encontravam satisfeitos, e consequentemente conduzindo o jovem para uma situação de perigo, por o local onde se encontrava a viver não reunir as condições necessárias à satisfação das necessidades básicas. Dormia num anexo onde existiam ratos, colocando assim em perigo o bem-estar e a saúde do mesmo. No que diz respeito ao contexto escolar, o jovem continha um comportamento desadequado fora do contexto de sala de aula.

O jovem, atualmente tem quatorze anos, apresenta um comportamento adequado e calmo. Apresenta algumas dificuldades a nível escolar, no entanto mostra o desejo de frequentar um curso profissional de culinária, por esta ser uma área do seu interesse. Dentro da casa, gosta de ajudar e aprender tudo o que se relaciona com a cozinha. Relativamente à sua família, estabelece uma relação parcialmente próxima uma vez que o contacto que tem com os mesmos nesta altura é via telefone. No entanto, mostra o desejo de permanecer na casa de acolhimento, pois afirma dispor de melhores condições quer habitacionais, quer de alimentação que contribuem para a satisfação das suas necessidades básicas. O jovem mostra também o desejo de ser adotado, de conter uma família.

Caracterização do participante G

O jovem G é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e no momento do acolhimento tinha quatorze anos de idade. O jovem entrou na instituição em 2016, ou seja, está institucionalizado neste momento há cinco anos. A relação do jovem com a sua progenitora, e

vice-versa consiste numa relação forte. No entanto, evidencia-se a existência de uma troca de papéis entre os mesmos, ou seja, o jovem é que assume o papel de controlo na relação. A sua sinalização deve-se ao seu comportamento inadequado e também ao absentismo escolar. A progenitora apresenta problemas ao nível do foro psicológico, consequência da sua exposição a episódios de violência doméstica. O jovem mostra um percurso associado a consumos de substâncias ilícitas, onde consequentemente se integrou numa comunidade terapêutica.

O jovem G, atualmente tem dezanove anos, encontra-se neste momento no processo de autonomização. Atualmente encontra-se empregado à procura de habitação e, portanto, ainda usufrui dos serviços da instituição. Denota-se um esforço deste jovem para se autonomizar, para conseguir ter o seu espaço e a sua liberdade. Mostra-se preocupado e procura a ajuda das equipas para conseguir atingir o seu objetivo. Neste momento caracteriza-se pela independência, autonomia. Neste momento o jovem já não integra a comunidade terapêutica.

Caracterização do participante H

O jovem H é do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e no momento do acolhimento tinha quinze anos. O jovem deu entrada na instituição em 2019 e, portanto, encontra-se institucionalizado há dois anos. O jovem reside com ambos os progenitores. Apresenta um comportamento inconveniente no ambiente escolar, apresentando assim ao longo do seu percurso escolar várias participações disciplinares e suspensões. Adota, neste sentido, comportamentos associados à oposição e ao desafio. O grupo de pares com o qual o jovem se relaciona, estão também associados a consumos e tráfico de substâncias ilícitas. Desta forma, o comportamento do jovem evidencia-se de forma negativa. No que diz respeito aos progenitores, denota-se um esforço e empenho por parte de ambos em arranjar estratégias que ajudem o filho a adotar comportamentos e posturas mais adequadas nos variados contextos.

O jovem H, atualmente tem dezassete anos, apresenta uma grande progressão ao nível do comportamento, uma vez que deixou de consumir substâncias ilícitas. Ao nível escolar é um jovem totalmente desmotivado, chegando mesmo a expressar a vontade de desistir da escola aos dezoito anos. Ao nível pessoal e comportamental, caracteriza-se por ser um jovem tranquilo, e por vezes um pouco apático. Gosta de estar no seu espaço, sem conviver com os restantes intervenientes da instituição. Ao nível da relação familiar, o jovem continua a ter uma relação

de vínculo afetivos com os mesmos. Uma vez que, frequenta regularmente a habitação dos seus progenitores, ou seja, quinzenalmente assim como no período de férias escolares.

2. Educadores de referência

Este ponto pretende evidenciar quais são os educadores de referência que foram designados para cada criança ou jovem que constituem a instituição. O seu propósito prende-se com a temática abordada ao longo do projeto acerca da vinculação.

NOME DO JOVEM	NOME DOS EDUCADORES DE REFERÊNCIA
PARTICIPANTE A	Educador 1/ Educador 2
PARTICIPANTE B	Educador 3/ Educador 4
PARTICIPANTE C	Educador 3/ Educador 5
PARTICIPANTE D	Educador 4/ Educador 1
PARTICIPANTE E	Educador 3/ Educador 1
PARTICIPANTE F	Educador 6/ Educador 2
PARTICIPANTE G	Educador 4/ Educador 7
PARTICIPANTE H	Educador 7/ Educador 5 ⁸

Tabela 6- Educadores de referência.

⁸ Documento fornecido pela instituição.

Capítulo V- Análise e tratamento de dados

Os participantes desta entrevista são do sexo masculino e têm idades compreendidas entre os quatorze e os dezanove anos. São oito participantes, e outro dos critérios de seleção para a realização desta entrevista prende-se com os anos a que integram a instituição. Assim, pretende-se demonstrar a opinião dos mesmos sobre as temáticas da autonomia e da vinculação.

Esta entrevista inicia-se na tentativa de perceber qual é o significado que estes jovens atribuem ao conceito de autonomia.

O que é que a autonomia significa para ti?

<i>Participante A</i>	O participante A define a autonomia como a aptidão de realizar as tarefas sem ser necessária a ajuda de outrem, <i>“acho que é quando fica uma pessoa... consegue fazer as coisas por ela, sem precisar da ajuda de ninguém.”</i> .
<i>Participante B</i>	Para o participante B a autonomia relaciona-se com a responsabilidade, <i>“autonomia para mim significa ser autónomo, que é ser responsável pelas suas próprias decisões e, e ações do nosso dia a dia.”</i> .
<i>Participante C</i>	Refere não saber definir a autonomia, <i>“Já disse que não.”</i> .
<i>Participante D</i>	Para o Jovem D a autonomia caracteriza-se pela competência de realizar as funções sozinho, <i>“é fazer as coisas sozinho”</i> .
<i>Participante E</i>	O participante E, considera que a autonomia se prende com a responsabilização, <i>“é ter mais responsabilidade”</i> .
<i>Participante F</i>	Atribui à autonomia o significado de realizar as coisas sozinho, <i>“para mim a autonomia... eu não peço muita ajudas às funcionárias, eu faço a maioria quase tudo sozinho”</i> .
<i>Participante G</i>	Já o Participante G refere-se à autonomia no sentido de independência, <i>“uma pessoa que não depende de ninguém. Uma pessoa que consegue construir a vida sozinha, entre aspas”</i> .
<i>Participante H</i>	Refere que a autonomia é <i>“recorrer a quem mais preciso”</i> .

Reichert & Wagner (2007), defendem que a autonomia é um processo que envolve a competência dos jovens conseguirem alcançar os seus propósitos e intenções para o seu futuro. Caracteriza-se por um período de grandes mudanças e conquistas. Neste seguimento, consegue-se evidenciar que a maioria dos participantes associa a autonomia à capacidade de realizar funções sozinhos.

É importante ser autónomo para ti?

Os jovens na sua maioria, ou seja, sete jovens afirmam que sim. No entanto, um dos jovens demonstrou dúvidas relativas à importância de se ser autónomo ou não, sendo que respondeu “*não sei*” e quando confrontado com uma escala representativa de zero a dez, em que zero era nada importante e dez era muito importante, o participante respondeu “*escolhia quatro*”.

Para Sousa (2015) a autonomia caracteriza-se pelo papel fundamental que desempenha no processo de independência do indivíduo. A autonomia é também vista como o caminho para a participação do jovem na comunidade. A adolescência baseia-se no desenvolvimento do indivíduo a várias vertentes. A liberdade, o desejo de se tornar independente, assim como o desenvolvimento da autonomia são as vertentes que encaminham o jovem para os conhecimentos e princípios da adolescência.

Identifica uma situação em que consideras que foste autónomo.

Participante A	Participante A refere que <i>“por exemplo, ir para a escola sozinho é ser autónomo”</i> .
Participante B	o participante B identifica que <i>“...pronto não preciso da ajuda de ninguém para me desenvolver a mim próprio. Eu prefiro ser autónomo do que pedir ajuda a alguém”</i> .
Participante C	Em contrapartida, o participante C identifica várias situações como, <i>“escrever o meu nome”, “meter a data”, “fazer a cama” e “escolher a roupa”</i> .
Participante D	O participante D refere como situações que evidencia como realizadas de forma autónoma <i>“respirar fundo”</i> e <i>“... vou sozinho para a escola”</i> .
Participante E	Quando solicitado ao participante E que partilhasse uma situação em que considerava que foi autónomo, o participante identificou alguns aspetos como, <i>“... ajudar as outras pessoas”, e “estudar sozinho”</i> .
Participante F	Identifica <i>“trabalhar sozinho”</i> , perante o argumento facultado pelo mesmo, foi-lhe solicitado que explicitasse a que tipo de trabalho se referia, ao qual o participante respondeu <i>“nas aulas eu faço os trabalhos sozinho”</i> .
Participante G	No caso do jovem G, que neste momento se encontra em processo de autonomização, refere <i>“...por exemplo, conseguir a casa onde eu estou. Já arrendei, sozinho sem ter a ajuda de ninguém.”</i> .
Participante H	O participante H refere <i>“tomar uma decisão, foi quando eu tomei acabar o nono ano este ano”</i> .

Com isto, podemos refletir sobre as diferentes conceções e experiências que cada jovem participante apresenta ao longo do seu discurso. Reichert & Wagner (2007) definem a autonomia como um processo onde o indivíduo demonstra as suas competências ao nível da responsabilidade, decisão e ação. A construção e conquista desta competência está intimamente ligada à circunstância e ambiente onde o indivíduo se integra. Da mesma forma, para Noom (1999) a autonomia caracteriza-se pela capacidade de o indivíduo conseguir implementar as suas próprias decisões, responsabilizando-se pelos seus atos, ações e comportamentos. Dessa forma, de acordo com os autores acima referidos, os participantes desta investigação ao longo do seu discurso enumeraram várias situações associadas à responsabilização, a ações e tomadas de decisão.

Consideras que se saíres neste momento do CAT, tens competências para viver de forma autónoma sem ser necessária a ajuda de outros?

Participante A	Considera “ <i>agora neste momento acho que não</i> ”.
Participante B	Quando questionado responde que “ <i>não</i> ”.
Participante C	O participante C afirma que “ <i>sim</i> ”, ou seja, este jovem assume ter competências suficientes para conseguir viver de forma autónoma. No entanto, quando questionado pelo entrevistador no sentido de perceber se conseguiria, como por exemplo, fazer a sua comida ou, pagar as suas contas sozinho, o jovem responde prontamente que “ <i>não</i> ”.
Participante D	O participante D quando interpelado para refletir sobre a capacidade de conseguir viver sozinho neste momento, o jovem responde que “ <i>não</i> ”.
Participante E	O participante E numa primeira instância afirma “ <i>não sei</i> ”, no entanto, após refletir sobre a questão refere “ <i>Conseguia. Conseguia, estou-lhe a dizer</i> ”.
Participante F	Considera que “ <i>não. Eu só estou a pensar até aos 19 anos para...</i> ”.
Participante G	O participante G, que se encontra num processo de autonomização, responde prontamente que “ <i>sim</i> ”.
Participante H	O participante H não considera dispor de competências suficientes, neste momento, para conseguir viver sozinho, sendo que respondeu “ <i>não</i> ”.

Após esta análise, confrontamo-nos com dados que evidenciam que dos oito participantes apenas dois consideram que dispõem de competências e habilidades suficientes para viver de forma autónomo, sem recorrer a ajuda de outrem. Importa também evidenciar, que um dos participantes que afirma possuir as competências necessárias para a autonomização, se encontra num processo de autonomização e, portanto, dispõe de uma consciencialização e responsabilização neste procedimento.

Para Mota & Rocha (2012), a conquista da independência ao nível financeiro é atingida cada vez mais tarde. Este fator relaciona-se com a entrada cada vez mais tardia dos jovens no mundo do trabalho. A este fator, associa-se o aumento da escolaridade obrigatória, sendo que exige aos jovens que prolonguem os estudos até uma idade mais avançada. Dentro da mesma perspetiva CID (2005) mostra a importância de proporcionar às crianças e jovens que integram uma casa de acolhimento residencial momentos que desenvolvam capacidades e habilidades

relacionadas com a autonomia. Neste sentido, o autor propõe que se promova momentos de tomada de decisão e responsabilização, com o objetivo de os preparar para a vida futura.

O que significa para ti viver nesta instituição

Participante A O participante A descreve da seguinte forma: *“significa que tenho, tenho mais ajudas do que aquilo que se calhar não tinha em casa. Hum... tenho mais tipo, pessoas com quem posso falar diferentes. E significa muito porque foi aqui que eu aprendi muita coisa, foi tipo aqui que eu cresci, por assim dizer. E é isso.”*.

Participante B O participante B refere que *“significa apoio e ter pessoas que nós nem conhecíamos e que nos estão lá sempre a ajudar. E que nunca nos vão deixar acabar por nos perder na vida”*.

Participante C O participante C menciona que a instituição tem um grande significado para si, sendo que respondeu *“muito”*.

Participante D Para o participante D a instituição significa *“uma ajuda”*.

Participante E O participante E refere-se à instituição como um lugar de aprendizagem, sendo que a sua resposta foi: *“não sei. Aprendi muitas coisas aqui”*.

Participante F O participante F considera que *“é como se estivesse em minha casa”*.

Participante G O participante G refere que *“significa ser ajudado e ajudar. Significa também amor, carinho, amizade, tristeza também muitas vezes, tem de tudo”*.

Participante H O participante H refere que significa *“Uma ajuda. Ajudaram-me em muito e continuam a ajudar-me quando preciso”*.

Concluímos, perante as afirmações dos participantes acima descritas, que na sua maioria atribuem à instituição o significado de ajuda e aprendizagem. Interessa também destacar que todos os participantes definiram a instituição através de características positivas, sendo que nenhum dos participantes apresentou atributos negativos à mesma. Os atributos referenciados pelos participantes também se relacionam com a qualidade dos serviços prestados pela casa de acolhimento residencial. A qualidade dos serviços afeta o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e jovens que integram, neste caso, a instituição. Neste sentido, é essencial desenvolver estratégias que se adaptem a cada m, permitindo o desenvolvimento gradual e de qualidade. É necessário também, mostrar a estas crianças e jovens o papel que a instituição pretende

desenvolver nas suas vidas, e neste caso em concreto, perante as afirmações acima descritas por todos os participantes denota-se a excelente qualidade dos mesmos com as equipas que integram a instituição e simultaneamente a satisfação dos mesmos com os serviços prestados. Para Rodrigues (2018), a qualidade do acolhimento residencial depende de diferentes fatores que consequentemente, influenciam a qualidade de vida e de bem-estar dos integrantes na instituição. De acordo com o referido anteriormente, o autor apresenta alguns fatores que afetam a satisfação do bem-estar de cada um, como por exemplo, o respeito, a liberdade, as relações de vinculação, a estabilidade, entre outros.

Na tua opinião, é importante sentir o apoio e a orientação de alguém adulto na instituição?

Participante A

Participante B

Participante C

Participante D

Participante E

Participante F

Participante G

Participante H

Os participantes desta entrevista responderam de forma unanime e todos concordaram que é importante sentir o apoio e orientação de alguém adulto.

No CAT há alguém que tenhas como referência para a tua vida? Recorres facilmente a essa pessoa para te aconselhares e desabafares?

Participante A	O participante identifica como figura de referência a Doutora “Juliana”.
Participante B	O participante B, refere três figuras de referência a quem recorre com regularidade, sendo elas a Doutora “Juliana”, educador 4 e educador 3.
Participante C	O participante C numa primeira instância identifica o progenitor como sendo a sua figura de referência. No entanto, de seguida identifica como pessoa de referência a Doutora “Juliana”.
Participante D	Este participante identifica como figura de referência a Doutora “Juliana”.
Participante E	O participante E identifica o Educador 3.
Participante F	Identifica o Educador 4.
Participante G	O participante G identifica a Doutora “Juliana”.
Participante H	Doutora “Juliana”.

É essencial destacar que apenas um dos participantes não aponta a mesma pessoa, neste caso, a Doutora “Juliana”. Posto isto, consegue-se refletir sobre o papel desenvolvido e a importância que esta pessoa desempenha na vida de cada um dos participantes, uma vez que na sua maioria, ou seja, seis dos participantes recorrem à mesma para desabafar e para se aconselhar sempre que necessário. No entanto, existem outras duas pessoas referenciadas por três dos participantes. Com isto, podemos refletir sobre uma questão que se relaciona com o facto de oito dos participantes, representativos dos dezasseis jovens que integram a instituição, identificarem apenas três pessoas como figura de referência.

Calheiros, Magalhães & Monteiro (2019) refletem sobre o percurso de vida que as crianças e jovens institucionalizadas constituem, na maioria das vezes, determinados por percursos negativos. Dentro desta perspetiva, Mota & Matos (2008), defendem que a criação de laços afetivos por parte das crianças institucionalizadas e as equipas que as integram, é fundamental para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e jovens. Assim, uma das bases apresentadas para a qualidade do desenvolvimento do indivíduo pressupõe a constituição de relações afetivas, seguras e estáveis. A instituição, neste sentido, deve desempenhar um papel que proporcione às crianças e jovens particularidades aproximadas às do contexto familiar, com o propósito de satisfazer as necessidades dos indivíduos, assim como, proporcionar um desenvolvimento das suas competências e habilidades.

Se pudesses descrever em uma palavra a instituição qual seria?

Participante A	define como “ <i>Casa, talvez</i> ”.
Participante B	Identifica como “ <i>felicidade</i> ”.
Participante C	Atribui o significado de “ <i>amigos</i> ”.
Participante D	Atribui o significado de “ <i>uma ajuda</i> ”.
Participante E	Refere-se à instituição como uma “ <i>ajuda</i> ”.
Participante F	Caracteriza a instituição como “... <i>tenho que agradecer por tudo o que fizeram</i> ”.
Participante G	Identifica a instituição como “ <i>família</i> ”.
Participante H	Refere que “ <i>tem de agradecer por tudo o que fizeram</i> ”.

Mais uma vez, é essencial destacar que a partir do ponto de vista dos diferentes participantes, as características e atributos com que definem a instituição onde se inserem são do carácter positivo.

Assim, é possível concluir que o ambiente institucional, neste caso, tem um carácter positivo. Isto interfere e tem uma influência considerável na satisfação das necessidades das crianças e jovens que aqui habitam. Assim como, as relações de vinculação baseadas na confiança e segurança, definem também propriedades que assumem um papel fundamental no contentamento dos indivíduos pelo serviço prestado.

As relações de vinculação desempenham um papel essencial para o desenvolvimento de competências nas crianças e jovens, atuando para a satisfação do bem-estar emocional e cognitivo. Consequentemente, capacita o indivíduo para o seu futuro, assim como para os obstáculos que irá encontrar. (Ferreira, 2017)

Depois do referido anteriormente pelo autor, importa relacionar as características que os participantes atribuíram de forma positiva, com a relação de qualidade que estabelecem com as equipas que integram a instituição. Defende-se assim, o interesse superior da criança ou jovem institucionalizado, uma vez que lhes é dada a oportunidade de se realizarem a vários níveis. O apoio proporcionado por todos os que compõem a instituição reproduz experiências emocionais e cognitivas, construtivas e propícias ao seu bem-estar.

Por fim, foi solicitado aos participantes que após a entrevista refletissem sobre duas questões. De seguida, solicitou-se que expressassem no papel os sentimentos, desejos e perspectivas futuras. Assim sendo, importa explicitar através da tabela a baixo evidenciada a reflexão dos participantes.

Como é que projetas a tua vida daqui a dez anos?

Participante A *“Daqui a 10 anos espero já ter uma casa, poder ser autónomo antes disso seguir uma vida militar como paraquedista, poder ajudar a minha mãe e a minha irmã quando tiver possibilidades para isso.”*

Participante B *“Pretendo concluir o 12º ano ter um trabalho, uma casa com a minha namorada, ter um carro e ter os meus irmãos e mãe do meu lado.”*

Participante C Este participante expressou o seu desejo através de um desenho, onde se consegue identificar o desejo de ter um carro e por outro lado percebe-se que o jovem se representa no desenho, assim como ao seu pai.

Participante D *“Uma pessoa autónoma. Trabalhar em mecânica. Ter uma casa ou viver com a minha mãe.”*

Participante E *“Ter uma casa: arranjar ou já ter um trabalho: ter o meu irmão e irmã comigo.”*

Participante F *“Daqui a 10 anos eu pretendo ter acabado os meus estudos, praticar rugby e também andar no ginásio. Também quero trabalhar no restaurante.”*

Participante G *“Pretendo estar bem financeiramente e com estabilidade mental.”*

Participante H *“Daqui a 10 anos imagino-me a trabalhar e imagino a minha vida mais orientada.”*

Imagina que amanhã saís da instituição... Como imaginas esse momento e esse dia?

Participante A	<i>“Se eu saísse amanhã do CAT talvez fosse um dia um pouco triste, porque apesar de tudo o que já se passou aqui foi uma casa que me ajudou muito a crescer como pessoa.”</i>
Participante B	<i>“Seria um desafio não iria ter tantos apoios claro que seria bom, mas ia ser um grande desafio.”</i>
Participante C	Este participante expressou o seu desejo através de um desenho, onde se consegue identificar o desejo de ter um carro e por outro lado percebe-se que o jovem se representa no desenho, assim como ao seu pai.
Participante D	<i>“Feliz porque vou estar com a minha família. E triste por perder amigos do CAT.”</i>
Participante E	<i>“Esse dia para mim vai ser feliz porque quero fazer uma vida sozinho. Por outro lado, vou sentir falta dos meus colegas.”</i>
Participante F	<i>“Por um lado, fico feliz porque vou sair daqui, vou ver a minha família, mas por outro fico triste porque gosto de viver aqui e depois vou sentir saudades.”</i>
Participante G	<i>“seria triste e feliz porque deixava para trás muita gente que gosto e feliz porque vou começar uma vida nova.”</i>
Participante H	<i>“Imagino poder entrar num curso de mecânica. Por um lado, vai ser bom e por um lado vou ficar triste porque eu já procurei muita ajuda quando eu precisei e quando eu preciso tão sempre para me apoiar.”</i>

Foi importante perceber as concepções e desejos dos participantes desta instituição. Através desta dinâmica foi proposto aos jovens que refletissem sobre o seu futuro e sobre aquilo que ambicionam.

Também foi interessante perceber que relativamente à pergunta: *Imagina que amanhã saís da instituição... Como imaginas esse momento e esse dia?* Os jovens referem-se à situação através de duas particularidades opostas. Por um lado, os jovens referem-se à saída atribuindo um significado positivo. Este significado associa-se ao regresso à família e à vontade de se autonomizarem.

No entanto, também atribuem um significado negativo à sua saída. Este significado baseia-se na ajuda, apoio e amizade que construíram e vivenciaram na instituição com as pessoas que nela integram, e que conseqüentemente, perante a sua saída é um ciclo que irá acabar.

Torna-se essencial, neste caso, destacar o papel da instituição e das equipas que a constituem na satisfação das necessidades das crianças e jovens. Perante o discurso apresentado pelos jovens verificou-se que as bases para o desenvolvimento de qualidade, e para a satisfação das necessidades emocionais, cognitivas e físicas são desempenhadas.

Capítulo VI – Intervenção

1. Objetivos da intervenção

1.1 Objetivo geral

Conhecer os resultados e eficácia das intervenções e o impacto das mesmas no desenvolver de estratégias que promovam por um lado, a relação de vinculação das crianças e jovens com os colaboradores da Casa de Acolhimento Temporário, e por outro lado, a relação de desvinculação dos mesmos com a casa.

1.2 Objetivos Específicos

De acordo com o ponto acima referido, importa estabelecer alguns objetivos específicos:

- Desenvolver estratégias de interação;
- Constituir relações de proximidade seguras;
- Exercer dinâmicas que requerem o envolvimento dos jovens e da equipa que os acompanha;
- Promover a autonomia;
- Conceber momentos que potencializem comportamentos autónomos;
- Promover a autonomia através da responsabilização;
- Desenvolver dinâmicas para a preparação para a vida adulta.

2. Amostra

A amostra desta intervenção inclui as crianças e jovens que constituem a Casa de Acolhimento. Na minha opinião é essencial envolver todas as crianças e jovens neste projeto, a fim de promover dinâmicas de integração e desenvolvimento. Com isto, dá-se a oportunidade de todos adquirirem maior conhecimento sobre a temática estudada, e consequentemente promover o convívio fortalecendo a proximidade, a comunicação e a interajuda entre todos.

3. Projeto a desenvolver- “Uma vida a Cores”

Este projeto desenvolveu-se em função dos dados recolhidos durante a entrevista realizada aos jovens e a necessidade de combater as dificuldades apresentadas. Tem como principal objetivo promover a criação de laços entre as crianças e jovens e as equipas que constituem a Casa de Acolhimento Residencial. É necessário evidenciar a importância da constituição de relações afetivas, emocionais, seguras e próximas para o desenvolvimento sustentável e de qualidade dos indivíduos. As relações são a base para o bem-estar pessoal, emocional, físico e cognitivo de cada um.

Por outro lado, este projeto também visa a vertente da autonomia e consequentemente a desvinculação à instituição. Neste sentido, torna-se importante proporcionar momentos que promovam a autonomia e o treino de competências para o desenvolvimento de cada indivíduo, com o objetivo de os preparar para a saída e para a vida futura.

Este projeto incide na Casa de Acolhimento Residencial, pretendendo a dinamização de algumas atividades que promovam o treino de competências e habilidades que proporcionem e contribuam para o desenvolvimento e crescimento dos participantes. Por outro lado, pretende-se também a dinamização de atividades que envolvam em simultâneo a participação das crianças e jovens e a equipa técnica e educativa. Esta dinâmica tem como objetivo fomentar a relação entre os diferentes participantes, proporcionando desta forma momentos que promovam a criação de laços afetivos entre os diferentes sujeitos.

O projeto não foi incrementado, consequência de alguns obstáculos que surgiram, como é o exemplo da situação em que nos encontramos atualmente, o COVID-19. Terá duração de cerca de seis meses, sendo que contém numa primeira fase uma parte teórica/ formativa e posteriormente uma parte mais prática. Com isto, procura-se preparar os jovens através da aquisição de conhecimentos para posteriormente possibilitar aos jovens praticar os conhecimentos que adquiriram durante a primeira fase de participação no projeto, num contexto prático.

Salienta-se que para além da dinamização de atividades, este projeto tem em vista a criação de um apartamento de autonomização com o objetivo de promover aos jovens um espaço onde possam desenvolver práticas de sustentabilidade, responsabilidade e autonomia. Este será um espaço onde os jovens dispõem de algum acompanhamento por parte da equipa técnica e da equipa educativa numa primeira fase, com o objetivo de os encaminhar e auxiliar nas situações de vida diárias.

3.1 Necessidades encontradas

No decorrer da realização do estágio, identificaram-se algumas necessidades associadas à temática em estudo. Neste processo, importa explicitar as carências com que nos deparamos durante o seu desenvolvimento. Desta forma, abaixo representamos uma necessidade que encontramos relativa a cada tema, neste caso, a autonomia e desvinculação e por outro lado à vinculação.

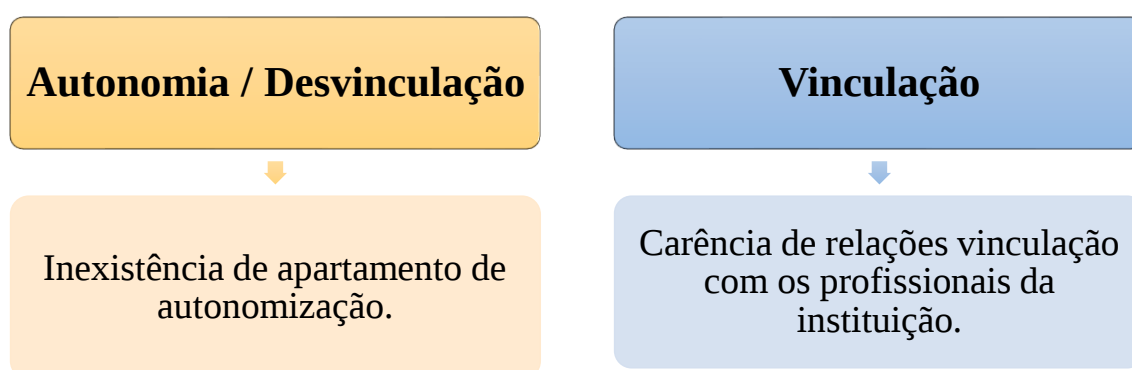


Figura 3- Necessidades encontradas.

4. Atividades desenvolvidas

Ao longo da realização do estágio, foi-me permitido participar e realizar algumas dinâmicas em função do desenvolvimento das crianças e jovens que integram a Casa de Acolhimento Residencial.

Considero relevante descrever algumas das atividades e funções que desempenhei em prol da satisfação das necessidades apresentadas pelos integrantes e pela instituição.

O trabalho desenvolvido ao longo do estágio, desempenhou também um papel fundamental para a minha integração no contexto, assim como, para a aproximação das crianças e jovens.

Estas atividades incidem em maior quantidade numa vertente escolar, com vista a auxiliar os jovens no seu percurso escolar, na realização de trabalhos, na cooperação, introdução e aquisição de métodos de estudo. Realça-se a importância deste papel na criação de laços e aproximação com as crianças e jovens que integram a instituição.

4.1 Calendário do advento

Na altura do Natal, surgiu a ideia de realizar um calendário do advento para cada criança e jovem. A dinamização desta atividade decorreu durante o mês de dezembro, sendo que todos os dias, os participantes tinham que realizar a tarefa/ missão que lhes pertencia.

Esta dinâmica pressupõe a escolha por parte destas crianças e jovens, de algum sujeito que integra a Casa de Acolhimento Residencial para realização de algumas tarefas/ missões.

O principal objetivo desta dinâmica fundamenta-se na criação, evolução e fortalecimento das relações afetivas e de vinculação entre as crianças e jovens e as equipas que integram a instituição. Também se pretende, através desta dinâmica, transmitir às crianças e jovens o poder das nossas ações e o impacto das mesmas na vida dos sujeitos que nos rodeiam. Por outro lado, através desta atividade conseguimos identificar os laços de proximidade e as figuras de referência para estas crianças e jovens. Desta forma, sensibilizamos as crianças e jovens que integram a instituição, para a precaução, cuidado, amabilidade e consideração por todos os sujeitos envolventes. Logo, interessa explanar as tarefas/ missões que foram atribuídas aos intervenientes ao longo desta atividade. No entanto, interessa explicar que as missões abaixo descritas, são representativas e associadas ao interesse do estudo, sendo que existem mais missões de outro carácter.

Calendário do Advento	Dar um abraço a alguém importante para ti nesta casa;
	Pede a um elemento da equipa para fazer algo contigo hoje;
	Deixa um bilhete para alegrar o dia de alguém;
	Agradece a alguém por alguma coisa que a pessoa tenha feito por ti;
	Escreve um desejo para alguém importante para ti;
	Faz alguém rir hoje;
	Pede desculpa a alguém desta casa;
	Escreve um receio/ medo teu e entrega a uma pessoa em quem confias nesta casa.

Tabela 7- Atividade calendário do advento.

4.2 Apoio ao estudo

É necessário ter consciência que os jovens institucionalizados, consequência dos seus trajetos de vida, dispõem de uma maior tendência para possuir hábitos de estudo insuficientes. Neste sentido a instituição dispõe de uma sala de estudos, onde se fomentam e criam hábitos regulares de aquisição de conhecimentos.

Para os jovens a frequência da sala de estudo faz, hoje em dia, parte das suas rotinas diárias. Este foi um trabalho desenvolvido progressivamente, com o objetivo de criar hábitos escolares, de estudo e predisposição para a aquisição de novos conhecimentos.

Este espaço serve para auxílio e acompanhamento das crianças e jovens, onde se promove a consciencialização dos mesmos para a importância que o papel da escola desempenha na qualidade do futuro dos próprios.

Assim, a equipa técnica com o auxílio da equipa educativa dinamiza e orienta a sala de estudo, desempenhando um papel fundamental para o sucesso das crianças e jovens ao nível escolar. A sala de estudo tem como objetivo promover também hábitos de leitura, hábitos de estudo, assim como hábitos de compromisso com a escola.

Por outro lado, também se impulsiona as crianças e jovens para a competitividade, ou seja, como forma de incentivo criou-se uma tabela onde se expunha os resultados escolares de todos os indivíduos. Esta tabela pretendia sensibilizar, estimular e incrementar nos indivíduos o desejo de serem melhores e de obterem melhores resultados do que os outros. Desta forma, cria-se assim uma competição saudável capaz de encorajar os próprios a apresentarem resultados mais satisfatórios.

Apesar de não serem ainda atingidos resultados excelentes ao nível do aproveitamento escolar, denota-se uma melhoria gradual. Assim, verifica-se que o trabalho desenvolvido pela escola, associado ao trabalho desempenhado pela instituição identifica-se na melhoria das competências, resultados e aproveitamento escolar.

A atividade exercida neste contexto, assumiu também um papel fundamental na aproximação e criação de laços afetivos com as crianças e jovens que integram esta Casa de Acolhimento Residencial. Desta forma, facilitou o processo de integração no contexto institucional, e por outro lado, permitiu estabelecer confiança com os jovens para perceber as necessidades que apresentavam e posteriormente intervir sobre as mesmas.

4.3 Estilos de Vida Saudáveis

Antes de explicar o desenvolvimento da dinâmica, importa contextualizar. Assim, no decorrer da experiência partilhei o local de estágio com mais duas estagiárias. Neste sentido, proporcionaram-se momentos de partilha e colaboração na realização de atividades. A dinâmica de estilos de vida saudáveis contou com a minha colaboração, sendo uma dinâmica proporcionada por uma colega de estágio. A participação nestas dinâmicas facilitou a integração na instituição, e por outro lado, potencializou a proximidade com as crianças e jovens que a constituem.

Esta dinâmica tinha como principal objetivo, tal como o nome indica, fomentar práticas de hábitos de alimentação saudáveis e sensibilizar as crianças e jovens para os riscos associados a hábitos impróprios de alimentação.

Dispõe dos seguintes objetivos:	
Estilos de Vida Saudáveis	✓ Promover hábitos saudáveis; ✓ Praticar hábitos culinários; ✓ Sensibilizar as crianças e os jovens para os riscos associados; ✓ Dinamizar atividade de reflexão; ✓ Dinamizar exercício físico.

Tabela 8- Objetivos da atividade "Estilos de vida saudáveis".

O desenvolvimento da atividade começa por sensibilizar as crianças e os jovens, através da exposição de um PowerPoint, para os riscos associados a uma alimentação inadequada.

De forma a complementar e exemplificar o pretendido pela dinamização desta atividade, executou-se um lanche de cariz saudável realizado com e para as crianças e jovens. Assim, praticou-se receitas de culinária, hábitos saudáveis e preparação para a promoção de competências ao nível da cozinha saudável.

Por outro lado, elaborou-se uma aula de exercício físico. Esta aula contemplou diferentes propostas de exercícios, adaptados às necessidades e propriedades de cada criança ou jovem.

Por fim, interessa destacar o papel fundamental do desenvolvimento desta atividade na promoção de estilos de vida saudáveis para estas crianças e jovens.

4.4 Festival de Artes

Esta atividade foi desenvolvida por uma das estagiárias que anteriormente referi, contando mais uma vez com a minha cooperação. Como já foi referido anteriormente, a colaboração nestas atividades promoveu a integração na instituição e a criação de laços afetivos com as crianças e jovens.

A dinâmica teve como principal objetivo proporcionar às crianças e jovens um momento de sensibilização, apreciação e promoção de práticas culturais.

Para a concretização desta atividade, elaborou-se uma exposição de trabalhos de alguns artistas com o propósito de organizar uma visita pela instituição. Com isto, pretendeu-se perceber as diferentes opiniões sobre as artes expostas, assim como, incentivar a partilha de conhecimentos e culturas diferentes.

Festival de Artes	Dispõe dos seguintes objetivos:
	✓ Promover a cultura;
	✓ Potencializar as crianças e jovens para o interesse pelas artes;
	✓ Dinamizar atividades de cariz cultural;
	✓ Incentivar a práticas educativas.

Tabela 9- Objetivos da atividade "Festival das Artes".

Após a exposição propôs-se às crianças e jovens que integram a Casa de Acolhimento Residencial que participassem numa atividade de cariz prático.

Esta atividade procurou potencializar e desenvolver a criatividade dos participantes.

Foram divididos dois grupos, com o objetivo de criar uma competição saudável entre os diferentes participantes. Através da utilização de algumas palhinhas ambos os grupos teriam de criar a sua própria arte. Não teriam acesso a mais nenhum material a não ser às próprias palhinhas.

Desta forma, impulsionou-se e fomentou-se à criatividade, originalidade de cada um. Por outro lado, também se promoveu o trabalho em equipa e a interação com os diferentes grupos de pares.

4.5 Caça ao Tesouro

Esta foi uma dinâmica pensada e realizada em conjunto com as restantes estagiárias. A realização de uma caça ao tesouro que pretendia incutir e estimular as crianças e jovens ao nível de aquisição de conhecimentos educativos.

Assim, através da realização de um jogo didático introduzimos e aprofundamos os conhecimentos adquiridos pelos mesmos durante o seu percurso escolar.

Caça ao Tesouro	Dispõe dos seguintes objetivos:
	✓ Promover a partilha de conhecimentos;
	✓ Incentivar à aquisição de conhecimentos;
	✓ Motivar para a aprendizagem;
	✓ Providenciar a competitividade;
	✓ Possibilitar para a predisposição para adquirir novos conhecimentos;
	✓ Promover o espírito de equipa;
	✓ Incentivar para a interajuda;
	✓ Promover a competitividade saudável.

Tabela 10- Objetivos da atividade "Caça ao Tesouro".

Esta dinâmica contempla cinco temáticas, tais como:

- Matemática;
- Raciocínio;
- Inglês;
- Ciências;
- Geografia.

Cada temática disponha de um esconderijo diferente. Neste sentido, foram criados dois grupos distintos para a concretização da atividade. Importa referir que as questões que se colocaram foram adaptadas ao contexto e características dos participantes.

Capítulo VI- Atividades propostas

Ao longo do decorrer do estágio, foi possível observar e considerar a necessidade de intervir no sentido de promover aos jovens a dinamização de propostas capazes de desenvolver os indivíduos a diferentes níveis, tais como, aquisição de habilidades, conhecimentos, competências, hábitos de reflexão e consciência com o objetivo de os preparar para a vida adulta. As atividades propostas relacionam-se com a gestão doméstica, gestão financeira, gestão de conflitos, procura ativa de emprego e atividades livres. As dinâmicas propostas são apropriadas para o grupo onde se pretende intervir.

Através da realização de atelieres de caracter formativo pretende-se capacitar os sujeitos para aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais, com vista à evolução pessoal.

É fundamental explicitar perante as necessidades encontradas pela autora deste relatório, que a criação de um apartamento de autonomização é essencial para o desenvolvimento de conhecimentos, competências e habilidades no que diz respeito ao processo de autonomização.

O apartamento de autonomização dispõe de um papel importante para a criação de dinâmicas de preparação dos jovens para a vida adulta, e consequentemente, para contar com a supervisão da equipa técnica e equipa educativa numa primeira fase como forma de orientação, auxílio e cooperação.

Após a construção de um espaço de autonomia, neste caso de um apartamento de autonomização, desenvolver e capacitar o jovem para o desenvolvimento da sua autonomia torna-se uma tarefa mais fácil.

As sessões práticas teriam assim lugar no apartamento de autonomização, sendo que numa fase inicial com auxílio das equipas que integram a Casa de Acolhimento Residencial, construindo um caminho de autonomização com os jovens.

A duração prevista para a promoção da aquisição de competências para viverem de forma independente é de três meses, ou seja, ao longo de três meses proporciona-se aos jovens momentos que contribuem para o seu desenvolvimento pessoal, cognitivo e emocional.

O desenvolvimento do plano de estágio não prosseguiu, consequência dos entraves que surgiram no decorrer do mesmo, resultado também da situação que atravessamos atualmente devido ao COVID-19. Este é um projeto desenvolvido em função das respostas obtidas nas entrevistas realizadas aos jovens, de forma a intervir para benefício dos jovens.

Áreas de Intervenção	Atividades a Desenvolver
Gestão Doméstica	▪ Atelier de Culinária Saudável- Promover práticas de alimentação saudável; ▪ Atelier de organização e hábitos higienização da habitação. ▪ Atelier de capacitação de competências do dia-a-dia, nomeadamente: organização e listagem de compras; Realização de compras.
Gestão Financeira	▪ Práticas de gestão e responsabilização financeira; ▪ Práticas de gestão de orçamento.
Gestão de Conflitos	▪ Ação de sensibilização para a gestão de conflitos.
Procura Ativa de Emprego	▪ Auxílio para a inscrição no instituto de emprego e formação profissional; ▪ Preparação para a realização de um currículo; ▪ Preparação para a procura de emprego; ▪ Procura ativa de emprego.
Atividades Livres	▪ Dinamização de passeios entre os jovens e os educadores de referência; ▪ Dinamização de momentos de partilha. ▪ Relacionamento interpessoal.

Tabela 11- Proposta de Atividades.

1. Área de Intervenção- Gestão Doméstica

A aquisição de competências e conhecimentos acerca da gestão doméstica é fundamental no processo de autonomização dos jovens.

Esta sessão de formação teria duração de duas horas, uma vez por semana, sendo que as sessões durariam cerca de três semanas.

Gestão Doméstica

Objetivos	✓ Fomentar a aquisição de competências básicas ao nível da gestão doméstica; ✓ Aquisição de receitas de cozinha; ✓ Promover partilha de conhecimentos de higienização.
Recursos Materiais	• Sala, cadeiras, computador e material de escrita. • Cozinha, utensílios de cozinha e alimentos. • Transporte.
Recursos Humanos	• 1 auxiliar da equipa educativa. • 1 educador social.

1º Sessão

A primeira sessão inicia-se com uma apresentação dos jovens, assim como uma contextualização do programa a desenvolver no decorrer das formações. De forma a garantir a satisfação das necessidades apresentadas pelos participantes, é necessário compreender numa primeira fase quais são as dificuldades, necessidades e conhecimentos que os sujeitos apresentam. Assim, na primeira sessão irá realizar-se um diagnóstico com o objetivo de dirigir e atuar perante as necessidades apresentadas.

2º Sessão

A segunda sessão pretende dinamizar uma reflexão sobre a importância de gerir de forma adequada e prudente os recursos que nos disponibilizam, tais como:

- ✓ Luz;
- ✓ Gás;
- ✓ Água.
- ✓ Alimentação.

É importante sensibilizar os jovens para a contenção e desperdício do gasto destes recursos. Por outro lado, também é importante consciencializar os participantes para a

gestão e prática de uma alimentação cuidadosa e saudável como benefício na saúde e desenvolvimento do próprio.

3º Sessão

A terceira sessão pretende incidir na questão que se relaciona com a higienização. Neste caso, importa explicar, por um lado, a higienização pessoal e, por outro lado, a higienização do espaço.

Quanto à higienização pessoal, devem abordar-se questões como:

- ✓ Cuidados a manter na higienização pessoal;
- ✓ Cuidados a ter na confeção dos alimentos;
- ✓ Cuidados a ter ao nível da conduta individual.

Por outro lado, quanto à higienização do espaço vamos abordar questões como:

- ✓ Regras de higienização;
- ✓ Características dos produtos de limpeza;
- ✓ Modo de utilização dos produtos.

Numa segunda instância pretende-se que os jovens pratiquem os métodos e técnicas adquiridos anteriormente.

Objetivos:	
Práticas de Gestão Doméstica	✓ Desenvolver um livro de receitas;
	✓ Dinamizar momentos de culinária;
	✓ Estimular para a organização e limpeza dos espaços;
	✓ Promover a confeção de diferentes refeições;
	✓ Praticar momentos de higienização pessoal;
	✓ Elaborar lista de compras.

2. Área de intervenção- Gestão Financeira

Estas sessões têm por base promover ações que consciencializem os jovens para a importância de controlar e orientar os recursos financeiros.

Desta forma, estas sessões promovem o desenvolvimento, aquisição de conhecimentos, assim como estratégias de forma a capacitar o sujeito para gerir o orçamento financeiro de forma consciente e responsável.

Estas sessões de formação teriam duração de duas horas, uma vez por semana, sendo que as sessões durariam cerca de três semanas.

GESTÃO FINANCEIRA	
OBJETIVOS	• Informar sobre questões de consumo e economia; • Desenvolver estratégias de controle ao nível financeiro; • Incentivar à responsabilidade e consciência acerca dos rendimentos; • Promover a aquisição de conhecimentos.
RECURSOS MATERIAIS	• Sala, cadeiras, computador e material de escrita.
RECURSOS HUMANOS	• 1 auxiliar da equipa educativa. • 1 educador social.

1º Sessão

A primeira sessão visa o esclarecimento sobre algumas questões que se relacionam com o conhecimento de conceitos, tais como, identificar as noções dos jovens sobre os rendimentos, a gestão, as despesas e da poupança.

Esta primeira sessão tem em vista um diagnóstico, no sentido de se conseguir identificar as perceções, conhecimentos e pontos de vista acerca da questão da gestão financeira.

2º Sessão

A segunda sessão pretende atuar de forma a instruir, informar, estimular e sensibilizar os jovens sobre a forma como devem gerir os seus recursos financeiros.

Nesta sessão, procura-se esclarecer os jovens sobre métodos de poupança e consequentemente de gerência dos recursos. Desta forma, pretende-se preparar os jovens para práticas conscientes e responsáveis. A gestão financeira traduz-se no impedimento do alongamento de dívidas, na poupança de recursos, como o caso do gás, água, luz de forma a prevenir gastos desnecessários.

Por outro lado, pretende-se demonstrar aos jovens que devem estabelecer metas e prioridades para o orçamento que dispõem, como por exemplo, no caso da alimentação deve-se manter uma alimentação saudável e equilibrada sendo necessário aplicar os recursos necessários para a satisfação dessa necessidade básica.

3º Sessão

Por último, a terceira sessão pretende informar os jovens sobre métodos de poupança.

Nesta sessão, irá desenvolver-se uma dinâmica capaz de promover estratégias para facilitar aos jovens para o desenvolvimento de habilidades e competências para o seu desenvolvimento futuro.

Terá por base uma partilha de conceções de cada um sobre as estratégias que qualificam como as mais adequadas para o desenvolvimento de comportamentos eficazes e responsáveis. Assim, nesta sessão os jovens devem ser capazes de refletir e planejar técnicas de gestão dos seus recursos financeiros.

Através da dinamização destas atividades pretende-se promover aos jovens competências eficazes no desenvolvimento de planeamentos, organização e habilitações de forma a atuar em benefício da satisfação das necessidades básicas, assim como, na promoção da autonomia de cada indivíduo.

	Objetivos:
Práticas de Gestão Financeira	✓ Promover práticas de responsabilização dos recursos financeiros; ✓ Responsabilizar os jovens pela compra de bens essenciais; ✓ Planear e gerir os recursos; ✓ Encarregar os jovens para o pagamento das contas, tais como: Água, luz e gás. ✓ Proporcionar idas ao supermercado.

3. Área de Intervenção- Gestão de Conflitos

Esta sessão fundamenta-se numa sensibilização dos jovens para a sua integração no meio social, e consequentemente, uma consciencialização dos participantes para a promoção de relações saudáveis.

	Gestão de Conflitos
Objetivos	• Incentivar o trabalho em equipa; • Incentivar ao convívio; • Consciencializar os jovens para a partilha de espaços; • Promover estratégias de auxílio na gestão dos comportamentos; • Sensibilizar os jovens para a adoção de comportamentos positivos.
Recursos Materiais	• Sala, cadeiras, computador e material de escrita.
Recursos Humanos	• 1 auxiliar da equipa educativa. • 1 educador social.

Esta sessão tem como objetivo desenvolver-se durante duas semanas, sendo que a sua realização teria lugar uma vez por semana com a duração de duas horas por cada sessão.

Através da realização desta sessão pretende-se incutir métodos e estratégias para a promoção de comportamentos otimistas com os restantes atores sociais. Por outro lado, também se pretende desenvolver ações que promovam a partilha e que fomentem o espírito de equipa. O intuito da promoção do espírito em equipa traduz-se na preparação, reflexão e consciencialização dos jovens para a prática de comportamentos adequados ao contexto onde se inserem e aos diferentes sujeitos que o complementam.

Assim, no decurso das sessões os jovens devem criar um trabalho de grupo sobre comportamentos que devem adotar em diferentes situações, e posteriormente, em diferentes contextos. Com o envolvimento na partilha e reflexão de ideias, conhecimentos e habilidades, os jovens fomentam a prática de comportamentos positivos com diferentes indivíduos assumindo as distintas opiniões, comportamentos e formas de enfrentar as diferentes situações.

4. Área de Intervenção- Procura Ativa de Emprego

Estas sessões têm em vista promover uma reflexão aos jovens no sentido de perceberem e definirem metas e estratégias ao nível profissional.

Através das sessões formativas os jovens devem adquirir competências que o capacitem para a definição de prioridades.

Estas sessões dividem-se em três grupos, que se realizam uma vez por semana com a duração de duas horas.

Procura Ativa de Emprego

Objetivos

- Dinamizar sessões de esclarecimento;
- Promover partilha de conhecimentos;
- Promover aquisição de competências;
- Desenvolver estratégias para a procura de emprego;
- Capacitar os jovens para a autonomização.

Recursos

- Sala, cadeiras, computador, internet e material de escrita.

Materiais

- Transporte.

Recursos

- 1 auxiliar da equipa educativa.

Humanos

- 1 educador social.

1º Sessão

A primeira sessão procura intervir de forma a capacitar os jovens para a realização de um currículo.

Durante esta sessão os jovens devem refletir sobre as qualidades, competências e habilidades e experiências que o definem e que poderão definir características benéficas para a integração no mundo do trabalho. Também é fundamental que os jovens considerem e definam quais são as suas intenções ao nível profissional. Para a realização de um currículo adequado os jovens devem identificar e destacar o seu percurso profissional, como por exemplo, os diplomas das formações que frequentou e os certificados. A construção do currículo deve basear-se em três fatores principais, tais como: a estruturação adequada, o conteúdo de qualidade e a apresentação.

2º Sessão

A segunda sessão pretende incidir em conteúdos baseados na capacitação dos jovens para a procura ativa de emprego. Nesta fase, os jovens devem compreender como é que devem proceder quer para a procura ativa de emprego, quer para a formalização de candidaturas.

Assim, o jovem terá acesso a meios informáticos para praticar métodos, técnicas e treino de competências ao nível da procura de informação.

Torna-se também importante desenvolver nos jovens competências e critérios de análise acerca das propostas de emprego. Esta análise procura informar e preparar os jovens para o conhecimento das necessidades, características e procuras do empregador. Este é um passo fundamental para o alcance do sucesso, posteriormente na realização da entrevista.

Com isto, importa evidenciar, que ao longo da sessão os jovens são potencializados para a aquisição de competências essenciais. A simulação de procura ativa de emprego, desenvolve assim, uma vertente prática e por isso, mais eficaz para a compreensão e absorção da informação adquirida.

3º Sessão

Por último, a terceira sessão pretende dinamizar a preparação para uma entrevista de emprego. Na sequência das sessões anteriores, é essencial preparar os jovens para o momento em que formalizam a entrevista.

Esta sessão numa primeira fase seria de cariz teórico, onde se procura demonstrar aos jovens exemplos de possíveis perguntas/ questões que possam ser feitas durante a entrevista pela entidade empregadora. Desta forma, pretende-se permitir aos jovens a aquisição de conhecimentos primários para a satisfação das necessidades apresentadas pelos mesmos.

Numa segunda fase, esta sessão seria de cariz prático com vista ao desenvolvimento de um role-playing ou simulação de entrevista. Colocar os jovens numa vertente prática da situação facilita o processo de integração e aprendizagem dos próprios.

Práticas de Procura Ativa de Emprego	Objetivos: ✓ Numa vertente mais prática e em contexto real, nesta fase, os jovens são incentivados a procurar emprego com vista à sua autonomização. Nesta etapa, os jovens devem conter as características, conhecimentos e habilidades para integrar a vida adulta, e consequentemente integrar o mundo do trabalho. Durante a sessão prática, auxilia-se os jovens na agilização da procura, no entanto, promove-se a autonomização e responsabilização das suas escolhas e atos.
---	---

5. Oficina de Atividades Livres

O propósito desta oficina prende-se com a potencialização de atividades, momentos e dinâmicas que promovam a interação dos jovens com as respetivas figuras cuidadoras.

Para o desenvolvimento integral ao nível, cognitivo, social e emocional os indivíduos necessitam de estabelecer relações de vinculação e proximidade com outros atores sociais. As relações constituem assim, um papel fundamental para o desenvolvimento de cada ser humano.

Neste sentido, uma vez que a presente autora deste relatório também identificou como uma fragilidade a dificuldade na constituição de relações de proximidade com as figuras de

referência estipuladas para cada jovem, idealizou-se desta forma, a preparação de momentos que capacitem e desenvolvam as relações.

Esta oficina decorrerá uma vez por semana, onde se pretende proporcionar ao jovem e à respetiva figura de referência um momento onde consigam partilhar os acontecimentos, as dúvidas, as conquistas e os momentos relevantes da sua semana.

Por outro lado, tal como o nome indica é uma oficina de atividades livre, ou seja, também se prevê através de uma cooperação entre o jovem e a figura cuidadora dinamizem atividades práticas, como por exemplo, fazer uma caminhada, ir ao cinema, ir ao parque, entre outros.

Com esta dinâmica procura-se promover uma maior interação com a figura de referência e vice-versa. Promove-se assim, momentos de lazer e cultura para ambos, com vista a fomentar a criação de laços afetivos mais próximos entre ambos os sujeitos.

Oficina de Atividades Livres	
Objetivos	✓ Potencializar a criação de laços afetivos; ✓ Criar momentos lúdicos entre o jovem e a figura de referência; ✓ Promover a confiança; ✓ Estimular a criatividade; ✓ Estimular o conhecimento entre ambos.
Recursos Materiais	• Transporte.
Recursos Humanos	• Educadores de referência.

Para finalizar, esta atividade promove a criatividade e a estimulação das figuras de referência assim como dos jovens, pois permite a ambos planear e gerir novas dinâmicas e experiências.

As relações afetivas desempenham, assim, um papel essencial quer para o desenvolvimento emocional, quer para o desenvolvimento físico. As crianças e os jovens precisam de estabelecer relações de confiança e segurança, para assegurarem o desenvolvimento de capacidades que promovam o seu desenvolvimento integral. Assim torna-

se fundamental fomentar a criação de laços com os diferentes atores sociais, para que se assegurem a satisfação das necessidades básicas.

Esta atividade promove desta forma, a estimulação de competências de relacionamento, que conseqüentemente promove a interação do indivíduo com diferentes atores sociais, com vista à sua preparação para a vida adulta e para integrar o contexto social externo à instituição.

Capítulo VII – Considerações Finais

Nos últimos anos verifica-se um constante aumento de adolescentes institucionalizados, que exige, uma intervenção mais individualizada por parte das instituições de acolhimento, orientada por modelos de intervenção terapêuticos, qualificados para responderem as fragilidades emocionais, pessoais e sociais das crianças e jovens, de modo a intervir de acordo com as suas necessidades.

Através da revisão bibliográfica conseguimos analisar e compreender a efetividade de alguns programas, que têm como objetivo promover quer a transição para a vida independente, quer para autonomia de vida, no entanto, não se conhecem os elementos ou as formas que explicam a efetividade na vida dos jovens que se inserem nestas formas de intervenção, neste sentido, podemos afirmar que existe uma escassez de investigação relativamente ao impacto dos programas de promoção de autonomia na vida dos jovens.

Muitos dos jovens que saem das instituições de acolhimento, não apresentam retaguarda familiar, dependendo unicamente deles para sobreviver, deste modo, é fundamental a aquisição de competências durante o acolhimento, com o objetivo de realizarem uma autonomização com êxito. Desta forma, é interessante realçar a importância que as políticas e práticas, com vista ao desenvolvimento de serviços de apoio aos jovens durante o período de transição para a vida de forma autónoma, acompanhando estes jovens na fase de integração e estabilização após a desinstitucionalização. Torna-se assim fundamental o reforço das políticas e práticas de prestação de serviços e apoio aos jovens no período de transição para a vida adulta/autónoma, prorrogando o apoio até a estabilização efetiva do jovem em vários sentidos (comunidade, profissional, familiar).

Neste seguimento, importa referir que ainda existe um longo caminho a percorrer na melhoria das práticas do processo de autonomia e saída dos jovens da instituição. Cada vez, se tem tornando mais notório que a nova realidade do acolhimento exige um conjunto de respostas diferenciadas em função da natureza das problemáticas e das necessidades de cada criança ou jovem. Neste sentido, é evidente a importância de desenvolver uma intervenção capaz de promover autonomia dos jovens institucionalizados, de forma a conseguir uma (re) inserção na sociedade.

Todas as crianças ou jovens devem ver garantidos os seus direitos e cumprir os seus deveres. Assim as instituições, que são vistas pelos mesmos como as suas casas devem assegurar na sua maioria, e adaptar-se às necessidades de cada um. Para a formação da sua

identidade é importante que a instituição consiga manter os valores certos, ajustando os recursos disponíveis às necessidades dos mesmos.

Aqui, os profissionais que pertencem à casa têm um papel fundamental na vida dos indivíduos e na orientação dos mesmos. Portanto um dos fatores que contribui para a qualidade do serviço prestado numa instituição passa por possuir bons profissionais, flexíveis e predispostos à dedicação perante aqueles jovens.

Importa também refletir sobre a importância da qualidade dos serviços e das relações que a instituição proporciona às crianças e jovens que nela se integram. A qualidade das relações prestadas entre as crianças e jovens e os intervenientes que constituem esta Casa de Acolhimento Residencial desempenham um papel fundamental no que concerne ao desenvolvimento integral, e satisfação das necessidades básicas e emocionais de cada indivíduo.

Ainda assim, é importante que a instituição execute um papel capaz de preparar e estimular o desenvolvimento dos intervenientes, com o objetivo de os preparar para as circunstâncias futuras.

Por outro lado, acho importante referir a família como um fator relevante no que diz respeito à aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Quando a criança nasce, o primeiro contacto que vai ter com o mundo exterior ocorre através da sua família. Estes é que lhes proporcionam os seus primeiros momentos e contactos com o seu novo mundo.

Torna-se então importante que as bases desta família sejam uniformes e completas, com vista a proporcionar uma boa educação quer a nível social, como cognitivo.

Desde muito cedo é necessário estimular as crianças para a aprendizagem, para a reflexão, neste sentido, as crianças desenvolveram-se muito mais rápido e de uma forma muito mais produtiva. No entanto, não é apenas a família que possui um papel importante ao nível do desenvolvimento e aprendizagem da criança. Todos nós, ou seja, todos os indivíduos influenciam e são espelhos de aprendizagem para as crianças. Elas aprendem através daquilo que lhes é transmitido e daquilo que vivenciam, assim quando estas estão rodeadas de pessoas com bons valores, com iniciativa, torna-se mais fácil estas aderirem a uma boa educação.

Com isto, é importante referir que cada família é uma família, não podemos generalizar um padrão de famílias uma vez que estas possuem características diferentes, inserindo-se em culturas e sociedades distintas.

De outro ponto de vista, também é possível refletir sobre a importância não só da sociedade em que se inserem ou dos valores que defendem, mas também do nível

socioeconómico que possuem. Famílias que possuam um nível socioeconómico satisfatório possuem uma maior capacidade para satisfazerem as necessidades básicas das crianças. Assim, a criança estará mais predisposta a novas aprendizagens adquirindo um nível de desenvolvimento maior, ou seja, quanto maior for o bem-estar da criança maior será a predisposição da mesma para a aprendizagem e consequentemente para o seu desenvolvimento.

Após uma reflexão sobre o papel que a família desenvolve no percurso de vida das crianças e jovens, conclui-se que as crianças e jovens que integram o acolhimento residencial advêm na maioria das vezes de famílias destruturadas ou de famílias irregulares. Dentro deste ponto de vista, é necessário considerar o impacto desta destruturação no desenvolvimento e definição da identidade de cada um, ou seja, é indispensável identificar e compreender as disfunções que estas características provocam no desenvolvimento do indivíduo.

As crianças e jovens institucionalizadas apresentam diversos momentos em que revelam dificuldades na criação de laços afetivos e de proximidades com outras figuras, consequência do contexto onde se inseriram durante um período de tempo da sua vida. Aqui, a instituição desempenha um papel desafiante. Os técnicos e funcionários que pertencem à instituição para além de desenvolverem um papel essencial, como já foi anteriormente referido, assumem também um papel e função árduo e complexo.

Por outro lado, importa também referir o papel que o processo de autonomia desenvolve na satisfação das necessidades dos jovens.

A autonomização é um processo gradual e peculiar, uma vez que exige ao jovem a aquisição de variadas competências e habilidades para que alcance com sucesso a autonomia. Assim, este processo pressupõe a predisposição do jovem para adquirir diferentes competências e responsabilização pelas suas escolhas e atos.

O acesso à autonomia é na maioria das vezes dificultado por fatores socioeconómicos. Hoje em dia, conseguir ser autónomo sem o auxílio de outros intervenientes é uma situação complexa, pois o valor monetário associado às rendas de habitação e ao custo elevado de vida são fatores prejudiciais para a autonomização.

Desta forma, importa refletir sobre o custo de vida e a implicação deste fator no processo de autonomia dos jovens.

No entanto, no meio ambiente onde se insere esta Casa de Acolhimento Residencial, uma vez que pertence a uma aldeia de pequena dimensão existe uma maior facilidade em encontrar habitações mais em conta. Para os jovens, neste caso institucionalizados, o processo de autonomização desempenha um papel difícil e confuso. A saída envolve a mudança de muitos fatores na sua vida.

Com isto, importa também refletir que perante as dificuldades acima descritas, que maioritariamente consistem pelas dificuldades ao nível dos recursos financeiro, os jovens em diversos casos regressam às suas famílias e aos seus contextos por não apresentarem condições suficientes para se autossustentarem. Este regresso em alguns dos casos acaba por manipular o trabalho desenvolvido com o jovem no decorrer acolhimento residencial.

Importa desta forma, refletir sobre a questão de incutir aos jovens hábitos, competências e responsabilidades para que desenvolvam estratégias capazes de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Referências

- Ainsworth, M. D. S. (1979). Infant-Mother Attachment. *American Psychologist*, 10, 932-937.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: Psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum Associates.
- Alarcão, M., Gaspar, M. (2007). Imprevisibilidade familiar e as duas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia*, 17(36), 89-102.
- Alves, P., & Mota, C.P. (2015). Identidade de género e orientação sexual na adolescência natureza, determinantes e perturbações. *EDU Psi: Revista Electrónica de Educação e Psicologia*, 2, 45-61. ISSN 2183 – 3990
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Benavente, R., Justo, J., & Veríssimo, M. (2009). Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar. *Análise Psicológica*, 27(1), 21-31.
- Bourdieu, P. (1993), *La Misère du Monde*. Paris: Seuil.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss* (vol. 1). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1998). *A secure base – Clinical applications of attachment theory*. Londres: Routledge.
- Calheiros, M., Magalhães, E., & Monteiro, L. (2019). *Crianças em risco e perigo- Contexto, Investigação e Intervenção* (Vol. 5). Lisboa: Sílabo
- Canhão, A. M. (2007). Modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo para a infância. *Pretextos - Revista do Instituto da Segurança Social*(28).
- Carvalho, J. N., Erdmann, A. L., & Santana, M. E. D. (2011). Autonomia do cuidado na perspetiva de viver saudável do adolescente. *Revista de Enfermagem Referência*, (4), 17-25.
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.
- Carvalho, M. J. L. (2016). Bem-estar e Desenvolvimento pelos (Outros) Mundos Sociais da Infância. *A análise do bem-estar das crianças e jovens e os direitos da criança*, 75-89.
- Carvalho, M. J. L., & Cruz, H. (2015). Promoção da autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. *Autonomia. Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*, 4-15.
- Carvalho, S. (2012). *Problemas de comportamento na adolescência: relação com a estrutura familiar e práticas educativas parentais*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho.
- CID, Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos (Leandro, Armando; Alvarez, Dora; Cordeiro, Mário e Ricardo Carvalho) (2005), *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*, Edição Instituto da Segurança Social, I.P., disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/acolhimento_residencial_crianças_jovens
- Costa, A. (2021). Teorias e Áreas do Desenvolvimento e Necessidades das Crianças e Jovens. In. Peixoto, C., & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Práticas e Intervenção* (pp. 31-38). Lisboa: PACTOR
- Coutinho, C. (2014). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Coutinho, C. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: ALMEDINA.
- Delgado, P., Carvalho, J., & Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas*, 18(2), 86-97.

Dias, C. (2012). A família na formação da identidade. Orientações de futuro. Tese de Mestrado. Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Duarte, V., Santos, M. S., Cruz, O., & Grangeia, H. (2015). Delinquência juvenil: Explicações e implicações

Ferreira, F., & Pinho, P. (2009). Psicanálise e teoria da vinculação. *Portal dos psicólogos*.

Ferreira, L. (2009). DA PESSOA PARA A COMUNIDADE: A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL NOS COMPORTAMENTOS DELINQUENTES. Tese de Mestrado. Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Psicologia e Sociologia, Lisboa.

Ferreira, M., & Nelas, P. B. (2006). Adolescências... Adolescentes... *Millenium*, 141-162.

Ferreira, R. (2017). A Casa de Acolhimento Onde Eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob Medida de Acolhimento Residencial. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Figueiró, M., Campos, H. (2013). *Abandono e acolhimento institucional: Estudos de caso sobre maioridade e desinstitucionalização*. Psicologia Argumento.

Fleming, M. (2004). Adolescência e autonomia. O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais. Porto: Edições Afrontamento.

Fleming, M. (2005). A saída de casa: A separação da família na pós-adolescência. *População e Sociedade*, 12, 59-81.

Fuertes, M., & Luís, H. (2014). Vinculação, práticas educativas na primeira infância e intervenção precoce. *Interacções*, 10(30).

Gomes, I. (2010). Acreditar no Futuro. Texto Editores, Lda.

Gomes, M. (2005). Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude. Lisboa. Centro de Estudos Territoriais, Ed. ISCTE.

Ketеле, J. M., & Roegiers, X. (1999). Metodologia da recolha de dados. Fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos.

Leandro, A., Alvarez, D. L., Cordeiro, M., & Carvalho, R. (2006). Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens.

Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M., & Carvalho, R. *Manual de Boas Práticas* (2018)- *Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Instituto da Segurança Social.

Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M., & Carvalho, R. *Manual de Boas Práticas* (2019)- *Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Instituto da Segurança Social.

Leandro, A.; Alvarez, D.; Cordeiro, M.; Carvalho, R. e César, M. (2006). Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares. Lisboa, Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos, Instituto da Segurança Social, I.P. <http://www.novofuturo.org/uploads/Manual.pdf>. (Acedido a 12- 10 -2010).

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro. Diário da República nº 204/99 – I Série A. Lisboa: Assembleia da República

Macedo, D., Martinho, F., Simões, H. e Oliveira, V. (2018). *CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social.

Macedo, D., Silva, P., e Banhudo, F. (2020). *CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social.

Macedo, D., Simões, H., Oliveira, V. (2019). *CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social.

Marques, D., Esteves, S., & Fuertes, M. (2021). Qualidade da vinculação e desenvolvimento de crianças em acolhimento residencial. *Teoria, práticas e investigação em intervenção precoce II*, 101-123.

MASLOW, A. (1954), *Motivation and Personality*, New York, Harper and Row

Matos, M. (2019). Psicopatologia da adolescência, desvios e delinquência. In J. Martins, & M. Simões, *Crime, Desvio e Risco na Adolescência* (pp. 182-203). Lisboa: Edições Sílabo.

Moreira, M. (2018). *MÃOS QUE PROTEGEM, CORAÇÕES QUE ACOLHEM O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20, 367-377.

Mota, C. P., & Rocha, M. (2012). Adolescência e jovem adultícia: Crescimento pessoal, separação-indivuação e o jogo das relações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 357-366.

Mota, C., & Matos, P. (2021). Relações significativas e Resiliência em Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial. In. Peixoto, C., & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Práticas e Intervenção* (pp. 71-79). Lisboa: PACTOR

Mota, C., Matos, P., Simões, H., Alves, A., Diogo, E., Gonçalves, C. e Godinho, R. (2018). *Acolhimento Residencial e Familiar*. Centro de Estudos Judiciários.

Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(2), 69-77.

Neves, M. (2011). Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados: Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Ramo de Especialização: Psicoterapia e Psicologia Clínica, Instituto Superior Miguel Torga.

Neves, M. C. F., Cunha, M. O., & Albuquerque, A. C. (2011). *Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados: Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização* (Bachelor's thesis, ISMT).

NOOM, M. J. (1999) - Adolescent autonomy: characteristics and correlates. Delft : Eburon.

Noom, M. J., Dekovic, M., Meeus, W. H. J. (1999). Autonomy, attachment and psychosocial adjustment during adolescence: a double-edged sword?. *Journal of Adolescence*, 22, 6, 771-783.

Pacheco, A., & Canário, C. (2021). Vinculação. In. Peixoto, C., & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Práticas e Intervenção* (pp. 57-65). Lisboa: PACTOR

Pacheco, A., Costa, R., & Figueiredo, B. (2003). Estilos de Vinculação. *Qualidade da Relação com Figuras Significativas e da Aliança Terapêutica e Sintomatologia Psicopatológica: Estudo Exploratório com Mães Adolescentes*, 3, Nº1, 35-59.

Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 27(4), 509-521.

Pires, S. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas* (Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação).

Reichert, C. B., & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38(3), 6.

Rizzini, I. (1997). *O século perdido*. Rio de Janeiro: Amais.

Rodrigues, S. & Barbosa-Ducharme, M. (2017). Current challenges of residential child and youth care in Portugal: The pressing need for residential care quality assessment. In T. Islam & L. Fulcher (Eds), *Residential Child and Youth Care in a Developing World - European*

Perspectives (pp. 355-365). Cape Town, South Africa: CYC-Net Press. ISBN 978-1-928212-24-9.

Rodrigues, S. (2018). *A Qualidade do Acolhimento Residencial em Portugal: Avaliação da Adequação dos Serviços às Necessidades das Crianças e Jovens Institucionalizados*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade do Porto.

Roseiro, A. (2009). *Factores Psicossociais de Motivação nos Cientistas: Um Estudo de Caso no Instituto Gulbenkian de Ciência*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa.

Santana J., Frosi, T., & Koller, S. (2004). Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre, 16 (2), 59-70.

Santo, E. (2014). *Jovens e comportamentos delinquentes: "Ponte"-Programa de Prevenção Face à Recidiva* (Tese de Mestrado).

Serrano, J. L. (2006). A diferença risco/perigo. *VARELLA, Marcelo Dias*.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Journal of Human Growth and Development*, 17(3), 134-146.

Soares, I. (2009). *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (2º ed.). Barga: Psiquilíbrios.

Sousa, M. e Batista, C. (2014) *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Edição Pactor.

Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude*. Teses de Mestrado. Coimbra.

Strecht, P. (2002). *Crescer Vazio- Repercussões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa.

Strecht, P. (2006). *Olha por mim: Reflexões sobre temas da infância e adolescência*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Sudbrack, M. F. O. (2001). Terapia familiar sistêmica. In S. D. Seibel & A. Toscano (Orgs.), *Dependência de drogas* (pp. 403-415). São Paulo: Atheneu.

Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia*. Tese de Mestrado Instituto Politécnico de Viseu, Viseu, Portugal.

Wattenberg, E., Luke, K., Cornelius, M., & Menke, J. (2001). *When Rescue Is Urgent: Children in Shelter Placement for Seven Days or Less*. Minnesota: University of Minnesota

Anexos

Anexo 1- Consentimento Informado

Consentimento Informado

A seguinte entrevista insere-se no Estágio do 2º ano do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), pela estagiária Marta Santos Rodrigues e dirige-se ao grupo que frequenta o Centro de Acolhimento Temporário “Crescer a Cores”.

Tem como objetivo ser realizado um estudo sobre a relação de vinculação dos jovens com a equipa e com a instituição, assim como a sua desvinculação com a mesma.

Estes dados servirão apenas para efeitos académicos, onde a tua confidencialidade é garantida. A tua colaboração é muito importante mim e agradeço-te desde já a contribuição!

Posto isto, garanto a confidencialidade da entrevista, informo que os nomes verdadeiros serão substituídos por nomes fictícios na transcrição da entrevista para assegurar a proteção dos entrevistados e garantimos que a entrevista servirá apenas para contexto de Estágio.

Estou de acordo com a realização desta entrevista.

Sim ☐

Não ☐

Concordo com a gravação da entrevista.

Sim ☐

Não ☐

Assinatura: _____

Entrevista

A seguinte entrevista insere-se no Estágio do 2º ano do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), pela estagiária Marta Santos Rodrigues e dirige-se ao grupo que frequenta o Centro de Acolhimento Temporário “Crescer a Cores”.

Tem como objetivo ser realizado um estudo sobre a relação de vinculação dos jovens com a equipa e com a instituição, assim como a sua desvinculação com a mesma.

Estes dados servirão apenas para efeitos académicos, onde a tua confidencialidade é garantida. A tua colaboração é muito importante mim e agradeço-te desde já a contribuição!

Posto isto, garanto a confidencialidade da entrevista, informo que os nomes verdadeiros serão substituídos por nomes fictícios na transcrição da entrevista para assegurar a proteção dos entrevistados e garantimos que a entrevista servirá apenas para contexto de Estágio.

1. O que é que autonomia significa para ti?
2. Consideras-te uma pessoa autónoma, se sim porque? Se não porque?
3. Qual a importância de ser autónomo? (0 a 10 em que dez é muito importante e zero é nada importante)
4. Identifica uma situação em que consideras que foste autónomo. Dá um exemplo de algum momento em que consideras que tiveste autonomia.
5. Consideras que se saíres neste momento da instituição, tens competências para viver de forma autónoma sem ser necessária a ajuda de outros?
6. O que significa para ti viver nesta instituição?
7. Sentes que és importante nesta casa?
8. Na tua opinião, é importante sentir o apoio e a orientação de alguém adulto na instituição?
9. Na instituição há alguém que tenhas como referência para a tua vida? Recorres facilmente a essa pessoa para te aconselhares e desabafares?
10. Se pudesses descrever em uma palavra a instituição qual seria?

11. Como é que projetas a tua vida daqui a dez anos?
12. Imagina que amanhã saís da instituição... Como imaginas esse momento e esse dia?

- no final deixar numa folha os jovens a refletir.